

Saúde por inteiro. A vida inteira.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.
CNPJ 19.853.511/0001-84



ANS nº 359017

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mesmo diante de um cenário global e doméstico ainda desafiador e em meio a mais um período marcado pela pandemia, a Companhia e suas controladas foram capazes de demonstrar seu compromisso com um modelo de negócio sustentável e resiliente em 2022. O esforço e dedicação de nossos colaboradores e prestadores de serviços levaram a uma melhora de todos os indicadores operacionais e financeiros da Companhia e suas controladas na comparação com o exercício anterior.

Principais movimentos societários, aquisições e investimentos

(i) Combinações de negócios

Em janeiro de 2022, foi assinado o contrato de compra e venda de ações entre o Hospital e Maternidade Maringá S.A. (Maringá), controlada da Companhia e CCG Participações S.A. (Grupo CCG), referente à aquisição pelo Maringá de 100% da participação societária do Grupo CCG. A operação do Grupo CCG está localizada em Porto Alegre - RS. O valor da aquisição foi de R\$ 943.689, sendo uma parcela à vista de R\$ 643.693 e R\$ 299.996 retidos pela Companhia, a título de contraprestação contingente, destinado ao ajuste de preço de compra. Na eventual não utilização total da parcela retida, o saldo remanescente, será pago aos vendedores conforme cronograma pré-estabelecido em contrato.

Em fevereiro de 2022, foi assinado o contrato de compra e venda de quotas entre a Notre Dame Intermédica Saúde S.A. (Intermédica), controlada da Companhia e Hospital do Coração de Duque de Caxias Ltda. (HSCOR), referente à aquisição pela Intermédica de 100% da participação societária do HSCOR. A operação do HSCOR está localizada em Niterói - RJ. O valor da aquisição foi de R\$ 26.879, sendo uma parcela à vista de R\$ 11.213, R\$ 15.666 retidos pela Companhia, a título de contraprestação contingente, destinado ao ajuste de preço de compra. Na eventual não utilização total da parcela retida, o saldo remanescente, será pago aos vendedores conforme cronograma pré-estabelecido em contrato.

(ii) Reestruturações societárias

A Companhia realizou alguns eventos de reestruturação societária no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com o intuito de simplificar a estrutura societária e obter maior ganho na sinergia através de redução de custos operacionais por meio de compartilhamento de estruturas administrativas:

	Ativo	Passivo	Acervo líquido incorporado	
Climepe Total Ltda.	24.338	10.983	13.355	
Serpram - Serviço de Prestação de Assistência Médico-Hospitalar S.A.	63.924	40.677	23.247	
Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda.	3.264.805	210.674	3.054.131	
Hospital São Bernardo S.A.	218.166	37.652	180.514	
Centro Clínico Canoas S.A.	1.951	1.398	553	
União de Clínicas Rio Grande Ltda.	4.970	4.316	654	

Capacidade financeira

A Companhia e suas controladas finalizaram o exercício de 2022 com R\$ 2,6 bilhões em caixa (R\$ 3,1 bilhões em 2021) sendo parte em aplicações financeiras distribuído entre certificado de depósitos bancários, fundos de investimento de renda fixa. A Companhia e suas controladas possuem intenção e capacidade de manter até o vencimento todos os títulos classificados na categoria de mantidos até o vencimento.

Performance do resultado

Nossa receita líquida anual alcançou R\$ 14,4 bilhões em 2022 (R\$ 12,6 bilhões em 2021), um crescimento de 14,3% em comparação ao exercício anterior, já considerando as incorporações ocorridas conforme destacamos anteriormente, reflexo do crescimento orgânico, inorgânico e reestruturações societárias do Grupo econômico no qual a Companhia e suas controladas pertencem.

Os custos dos serviços prestados totalizaram R\$ 12,3 bilhões em 2022, apresentando um aumento de 18,3%, em comparação com 2021. As despesas administrativas totalizaram R\$ 1,8 bilhões em 2022, apresentando um crescimento de 54,8% em comparação com 2021.

As despesas comerciais totalizaram R\$ 787 milhões, apresentando um crescimento de 13,5% em comparação com 2021. O resultado financeiro totalizou R\$ (578) milhões, apresentando um crescimento de 74,2% em comparação com 2021.

O prejuízo líquido totalizou R\$ (1,2) bilhões, apresentando um crescimento de 656,0% em comparação com 2021.

Em função do exposto acima, a administração entende que os resultados operacionais estão em linha com a estratégia do Grupo Hapvida Notre Dame Intermédica. Apresentamos abaixo a avaliação sobre as principais rubricas que compõem a medição EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou, em português, LAJIDA (Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização), através do qual é possível avaliar o quanto a Companhia e suas controladas estão gerando com suas atividades operacionais e sendo eficiente/competitiva na gestão do seu negócio principal, não incluindo movimentações ligadas às atividades de investimento e financiamento, bem como tributos sobre lucro.

Apresentamos o EBITDA por entender que representa de forma mais fidedigna o resultado operacional.

Em milhares de R\$

	2022	2021	2022 x 2021
EBIT	(918,0)	249,1	-468,5%
Depreciação e amortização	455,5	393,3	15,8%
EBITDA	(462,5)	642,4	171,9%
Margem Ebitda	-3,2%	5,1%	-8,3 p.p.

A Companhia e suas controladas seguem bastante otimistas em relação às integrações e oportunidades nas suas aquisições pois o planejamento vem sendo seguido sem que haja quaisquer surpresas até o momento e ainda, confiante de que haverá sinergias importantes que serão advindas do modelo de negócio do Grupo Hapvida Notre Dame Intermédica o que trará benefícios futuros para continuidade e crescimento das operações durante os anos que virão.

Política de destinação de lucros

A política de reinvestimento de lucros e distribuições está de acordo com a Lei nº 6.404 (Sociedades por Ações).

Considerações finais

A Companhia e suas controladas e o Grupo Hapvida Notre Dame Intermédica do qual faz parte, tem usado toda a experiência em gestão médico-hospitalar para minimizar possíveis impactos em suas operações e continuar cuidando dos clientes e colaboradores com o acolhimento de sempre.

A Administração da Companhia e suas controladas reiteram que confiam no seu modelo de negócio e está certa de que todas as conquistas de 2022 são frutos de um trabalho em conjunto de pessoas engajadas e inspiradas. A todos os colaboradores, prestadores médicos e odontológicos, parceiros de negócios, demais *stakeholders* e, principalmente, aos clientes que fizeram parte de cada uma dessas conquistas a administração agradece!

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora				Consolidado				Nota	Controladora				Consolidado			
	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021			31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Ativo																	
Circulante	6.412	8.824	113.538	3.917.745	4.214.392	4.742.035				488	2.460	177.819	4.043.289	2.961.675	2.420.035		
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.646	4.874	110.545	1.016.928	1.667.835	2.63.751			352	355	2.334	242.529	213.977	162.326		
Aplicações financeiras	8	-	-	-	1.323.242	1.223.166	1.001.019			-	189	98	275.344	216.700	212.006		
Contas a receber de clientes	9	-	-	-	832.740	662.216	637.763			19	136	431	510	191.139	165.564	125.912	
Estoques	-	-	-	-	140.815	145.477	100.520			-	1.485	174.877	9	1.493	174.877		
Despesas de comercialização diferidas	10	-	-	-	259.743	266.581	244.009			20	-	-	74.388	195.878	225.077		
Tributos a recuperar	11	1.664	1.079	110.545	208.457	147.103	113.630			21	-	-	866.534	344.692	81.091		
Outros ativos	12	102	2.871	2.181	135.820	102.014	81.343			-	-	-	7.977	22.433	62.431		
Não circulante	8.382.927	7.601.052	7.642.713	16.063.720	13.821.739	10.822.713			22	2.460	177.819	4.043.289	2.961.675	2.420.035			
Realizável a longo prazo	152.722	138.779	109.298	3.106.606	2.192.793	1.738.192			17	2.460	177.819	4.043.289	2.961.675	2.420.035			
Aplicações financeiras	8	-	-	-	265.429	242.690	152.647			23	-	-	316.123	220.498	161.376		
Tributos a recuperar	11	-	-	-	-	3.619	-			-	-	-	-	-	-		
Impostos diferidos ativos	13	-	-	-	1.152.484	659.145	541.868			19	-	-	88.517	86.826	62.369		
Despesas de comercialização diferidas	10	-	-	-	311.673	219.208	229.558			20	-	-	1.231.009	1.296.237	943.663		
Depósitos judiciais e fiscais	14	142.171	128.227	98.746	1.316.316	1.030.914	782.033			21	-	-	2.424.321	3.169.936	2.238.572		
Outros ativos	12	10.551	10.552	10.552	60.704	37.217	32.086			22	-	-	847.973	687.651	531.537		
Investimentos	15	8.230.205	7.462.273	7.533.415	6.367	7.421	993			25	38.755	50.762	72.938	38.755	50.762	72.938	
Imobilização	16	-	-	-	2.896.319	2.631.610	2.217.421			13	-	-	-	837.271	643.418	526.556	
Direito de uso	17	-	-	-	747.593	646.847	492.451			24	-	-	-	957.545	774.510	870.530	
Intangível	18	-	-	-	9.306.835	8.343.068	6.373.656			17	-	-	-	796.659	657.156	489.355	
										23	737.324	413.945	391.769	1.102.077	564.091	294.794	
Patrimônio líquido e participação de não controladores	26	7.612.772	7.116.508	7.113.725	7.614.049	7.143.869			26	7.612.772	7.116.508	7.113.725	7.614.049	7.143.869	7.114.263		
Capital social		8.504.579	8.504.579	8.504.579	8.504.579	8.504.579	8.504.579										
Ações em tesouraria		(2.857)	(2.857)	(2.857)	(2.857)	(2.857)	(2.857)										
Prêmio na aquisição de participação societária		(2.779)	(2.779)	(2.779)	(2.779)	(2.779)	(2.779)										
Gastos com oferta pública de ações		(113.913)	(113.913)	(113.913)	(113.913)	(113.913)	(113.913)										
Reservas:	187.909	1.427.448	1.586.821	187.909	1.427.448	1.586.821			187.909	1.427.448	1.586.821	187.909	1.427.448	1.586.821			
Reserva de capital		187.909	177.105	149.304	187.909	177.105	149.304										
Reserva de lucro		1.276.544	1.437.517	-	1.276.544	-	-										
Prejuízos acumulados		(1.076.937)	-	-	(1.076.937)	-	-										
Participação não controladores		-	-	-	-	-	-										
Total do ativo	8.389.339	7.609.876	7.756.251	19.981.465	18.036.131	15.564.748			8.389.339	7.609.876	7.756.251	19.981.465	18.036.131	15.564.748			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Atribuível aos acionistas controladores										Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido total
	Capital social	Ações em tesouraria	Prêmio na aquisição de participação societária	Gastos com oferta pública de ações	Reserva de capital - Outorga de opções de ações	Reservas de lucros	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total	Patrimônio líquido total			
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)	5.646.453	(2.857)	(2.779)	(113.913)	149.304	89.122	1.348.395	7.113.725	538	7.114.263		
Aumento de capital	162.156	-	-	-	-	-	-	162.156	-	162.156		
(-) Recompra de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Alienação de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
(-) Prêmio na aquisição de partic. societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Reconhecimento de opções outorgadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Alteração na participação societária de controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	5.808.609	(2.857)	(2.779)	(113.913)	177.105	89.122	1.187.422	7.142.709	1.160	7.143.869		
Aumento de capital	2.509.330	-	-	-	-	-	-	2.509.330	-	2.509.330		
Combinação de Negócios - Valor Justo	-	-	-	-	-	-	-	(20.858)	-	(20.858)		
Reconhecimento de opções outorgadas	186.640	-	-	-	10.804	-	-	197.444	-	197.444		
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(1.215.821)	(422)	(1.216.243)		
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(999.397)	-	(999.397)		
Alteração na participação societária de controladas	-	-	-	-	-	-	-	(635)	-	(635)		
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(71.255)	-	-		
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	(89.122)	539	539		
Transferência reserva Lucros	-	2.857	-	113.913	-	-	-	(116.770)	-	-		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8.504.579	(2.857)	(2.779)	(113.913)	187.909	(1.076.937)	7.612.772	7.612.772	1.277	7.614.049		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais

Saúde por inteiro. A vida inteira.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.
CNPJ 19.853.511/0001-84



ANS nº 359017

★ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. OUTROS ASSUNTOS

2.1. Efeitos do coronavírus (COVID-19)

Com o avanço dos programas de vacinação da população mundial e maior controle sobre a pandemia, os efeitos da COVID-19 reduziram drasticamente, sendo possível observar a diminuição e, em determinados casos, a extinção das medidas de isolamento social. A economia brasileira apresentou uma melhora na atividade econômica, bem como a adaptação dos consumidores às novas condições sociais, resultou em um melhor desempenho do consumo e serviços. Como resultado, a economia local vem retornando aos níveis de pré-pandemia, com a imunização de grande parte da população, ainda que se observem incertezas decorrentes do surgimento de novas variantes do coronavírus. Desde o início da pandemia, a Companhia e suas controladas tem se comprometido em assegurar a seus beneficiários acesso à saúde de qualidade mesmo diante do cenário desafiador. A Companhia e suas controladas permanecem vigilantes, monitorando os possíveis impactos de eventuais novas variantes da COVID-19 em seu negócio e atuando proativamente para garantir o atendimento aos beneficiários e contribuir com a sociedade. Não foram identificados no período atual, idem a períodos anteriores, desde o início da Pandemia, quaisquer riscos de créditos e insuficiências de perdas esperadas sobre créditos, ou ainda, riscos de liquidez e geração de caixa da Companhia e suas controladas.

2.2. Impactos relacionados à invasão russa na Ucrânia

A invasão russa na Ucrânia, juntamente com a imposição de sanções internacionais, tem um impacto econômico generalizado. Os negócios no Brasil podem ser severamente impactados pela interrupção da cadeia de suprimentos, volatilidade do mercado, risco de pagamento e aumento dos custos de commodities resultantes da invasão. O impacto é agravado pela decisão de algumas empresas globais de limitar ou cessar as operações na Rússia. A administração da Companhia e suas controladas está acompanhando potenciais impactos, porém até a data da emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não foram identificados ajustes materiais a serem divulgados.

2.3. Riscos atrelados às mudanças climáticas

A Companhia e suas controladas promoveram um estudo de riscos e oportunidades climáticas considerando os horizontes temporais de 2030 e 2050, avaliando os principais riscos físicos associados ao aquecimento global e os efeitos das mudanças climáticas no aumento da demanda por serviços de saúde, considerando o curto, médio e longo prazo, objetivando obter melhor compreensão e informações técnicas para auxiliar a tomada de decisão em planos de adaptação às mudanças climáticas.

Entre os aspectos identificados no estudo, destaca-se os possíveis impactos de eventos climáticos extremos nas unidades e instalações e os desdobramentos da mudança do clima na saúde das populações e na busca por atendimento médico.

A Companhia e suas controladas trabalham para mitigar os riscos à integridade física das unidades, levando em consideração no planejamento de obras e reformas a ocorrência de tempestades, inundações, ciclones e granizo.

Em determinados casos, é avaliada ainda a possibilidade de mudança de endereço de um ativo diante da impossibilidade de adequação da infraestrutura para um atendimento dentro dos padrões de segurança e qualidade estabelecidos. Além disso, as apólices de seguros da Companhia e suas controladas incluem cobertura para eventos extremos.

Adicionalmente, foi realizado um estudo piloto para avaliação da relação entre aquecimento global e as demandas por serviços de saúde. A iniciativa envolveu a análise das admissões hospitalares por doenças cardiovasculares (DCV) no Hospital Bosque da Saúde, localizado na cidade de São Paulo (SP). O objetivo foi investigar o aumento da demanda por internações em relação ao risco de ondas de calor no futuro.

Além disso, o aumento de casos de doenças respiratórias decorrentes da queda de temperatura ou aumento da poluição, doenças cardiovasculares pelo aumento da temperatura e doenças limitadas a certas áreas geográficas (como a dengue, cujo vetor está relacionado ao acúmulo de água e pode ser impactado pelo regime de chuvas) são monitorados de forma recorrente pela Companhia e suas controladas.

Por fim, são realizados investimentos constantes na diversificação geográfica das unidades assistenciais, em programas de medicina preventiva e em ações educativas e de conscientização nos canais de comunicação.

2.4. Reestruturação societária

A Companhia realizou os seguintes eventos de reestruturação societária no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com o intuito de simplificar a estrutura societária e obter maior ganho na sinergia através de redução de custos operacionais por meio de compartilhamento de estruturas administrativas:

	Climepe Total Ltda. (i)	Serpram - Serviço de Prestação de Assistência Médico-Hospitalar S.A. (ii)	Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda. (iii)	Hospital São Bernardo S.A. (iv)	Centro Clínico Canoas S.A. (v)	União de Clínicas Rio Grande Ltda. (vi)
Ativo	24.338	63.924	3.264.805	218.166	1.951	4.970
Passivo	10.983	40.677	210.674	37.652	1.398	4.316
Acervo líquido incorporado	13.355	23.247	3.054.131	180.514	553	654

(i) Incorporação Climepe Total Ltda.

Em 1º de abril de 2022, foi deliberada e aprovada pelos sócios/acionistas das sociedades envolvidas, a operação de incorporação da empresa controlada Climepe Total Ltda. pela controlada Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A., nos termos do protocolo e justificativa da incorporação, com consequente extinção da sociedade incorporada.

(ii) Incorporação Serpram - Serviço de Prestação de Assistência Médico-Hospitalar S.A.

Em 2 de maio de 2022, foi deliberada e aprovada pelos sócios das sociedades envolvidas, a operação de incorporação da companhia Serpram - Serviço de Prestação de Assistência Médico-Hospitalar S.A., pela controlada Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A., nos termos do protocolo e justificativa da incorporação, com consequente extinção da sociedade incorporada.

(iii) Incorporação Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda.

Em 2 de maio de 2022, foi deliberada e aprovada pelos sócios/quotistas das sociedades envolvidas, a operação da empresa Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda., pela controlada Clinipam - Clínica Médica Paranaense de Assistência Médica Ltda. nos termos do protocolo e justificativa da incorporação, com consequente extinção da sociedade incorporada.

(iv) Incorporação Hospital São Bernardo S.A.

Em 1º de setembro de 2022, foi deliberada e aprovada pelos sócios das sociedades envolvidas, a operação de incorporação da companhia Hospital São Bernardo S.A., pela controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A., nos termos do protocolo e justificativa da incorporação, com consequente extinção da sociedade incorporada.

(v) Incorporação Centro Clínico Canoas Ltda.

Em 1º de setembro de 2022, foi deliberada e aprovada pelos sócios/quotistas das sociedades envolvidas, a operação de incorporação da empresa Centro Clínico Canoas Ltda., pela controlada Centro Clínico Gaúcho Ltda., nos termos do protocolo e justificativa da incorporação, com consequente extinção da sociedade incorporada.

(vi) Incorporação União de Clínicas Rio Grande Ltda.

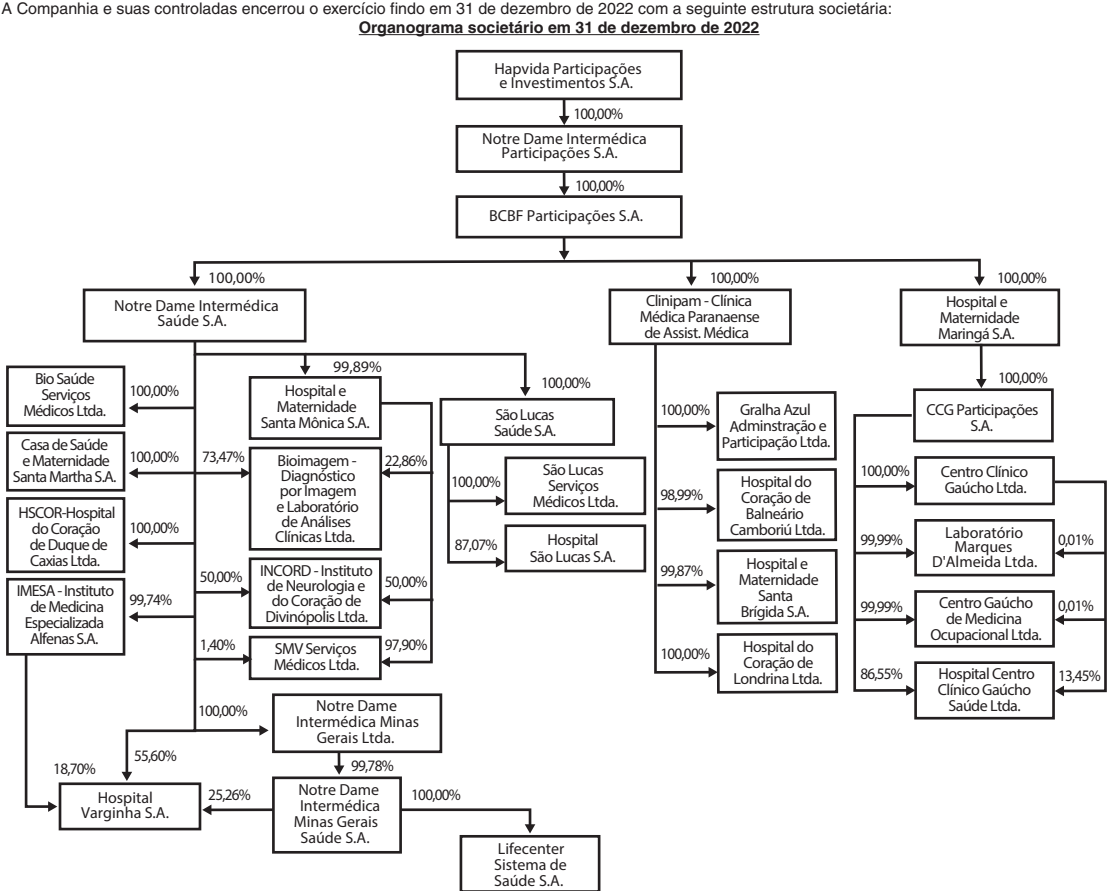
Em 1º de setembro de 2022, foi deliberada e aprovada pelos sócios/quotistas das sociedades envolvidas, a operação de incorporação da empresa União de Clínicas Rio Grande Ltda., pela controlada Centro Clínico Gaúcho Ltda., nos termos do protocolo e justificativa da incorporação, com consequente extinção da sociedade incorporada.

(vii) Distrato Social - NDIS Drogaria Ltda.

Em 15 de junho de 2022, a controlada Notre Dame Intermédica Minas Gerais Ltda., quotista da NDIS Drogaria, por não mais interessar a continuidade da empresa, decidiu dissolver e extinguir a sociedade, promovendo o distrato social da sociedade, encerrando suas atividades nesta data.

3. ESTRUTURA SOCIETÁRIA

A Companhia e suas controladas encerra o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com a seguinte estrutura societária:



4. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

A seguir, demonstramos as combinações de negócios realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

4.1. Aquisição Grupo CCG

Em janeiro de 2022, foi assinado o contrato de compra e venda de ações entre o Hospital e Maternidade Maringá S.A. (Maringá), controlada da Companhia e CCG Participações S.A. (Grupo CCG), referente à aquisição pelo Maringá de 100% da participação societária do Grupo CCG. A operação do Grupo CCG está localizada em Porto Alegre - RS.

(a) Contraprestação transferida

Parcela à vista 643.693
Parcela retida 299.996
943.689

Total da contraprestação

O valor da aquisição foi de R\$ 943.689, sendo uma parcela à vista de R\$ 643.693 e R\$ 299.996 retidos pela Companhia, a título de contraprestação contingente, destinado ao ajuste de preço de compra. Na eventual não utilização total da parcela retida, o saldo remanescente, será pago aos vendedores conforme cronograma pré-estabelecido em contrato.

(b) Mensuração do valor justo

O item "(c)" a seguir, desta nota explicativa, demonstra a contraprestação transferida e os valores justos provisórios dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição. Foram obtidos através de técnicas de mensuração de valor justo preparadas por um consultor independente contratado pela Companhia para suportar a conclusão da Administração.

As técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo dos ativos significativos foram as seguintes, cuja escolha da metodologia aplicada para cada classe de ativo está relacionada com a natureza e função destas na operação do negócio:

Ativo **Método de avaliação**
Imobilizado Mais valia

Ativo intangível - carteira de clientes Abordagem de renda (Multi-Period Excess Earnings)

• **Multi-Period Excess Earnings Model - MPEEM** - Este método mensura o valor presente dos rendimentos futuros a serem gerados durante a vida útil remanescente de um determinado ativo. Dos fluxos de caixa futuros atribuíveis diretamente ao ativo são descontados os custos e despesas operacionais e da margem resultante são subtraídos os encargos sobre os ativos contribuintes identificados diretamente relacionados ao ativo em questão (Contributory Charges) para se chegar aos fluxos livres a serem descontados para cálculo do valor presente.

As informações obtidas sobre os fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição podem resultar em ajustes na alocação de ativos identificáveis, passivos assumidos e ágio e é a melhor estimativa possível. Esta análise será concluída no prazo máximo de 12 meses a partir da data da aquisição.

(c) Ágio e mensuração efetuada em bases provisórias

A tabela a seguir demonstra a contraprestação transferida e os valores justos, em base provisória, dos ativos e passivos na data de aquisição, obtidos em laudo técnico elaborado por consultores independentes contratados pela Companhia para embasar a conclusão da Administração.

	Acervo líquido adquirido ao valor justo
Contraprestação transferida (1)	943.689
Ativos adquiridos a valor justo	
Caixa e equivalentes de caixa	3.491
Aplicações financeiras	93.226
Contas a receber de clientes	15.688
Estoques	9.422
Créditos tributários e previdenciários	85
Depósitos judiciais	9.728
Outros ativos	24.646
Imobilizado	271.975
Intangível	336.312
Total dos ativos adquiridos a valor justo	764.573
Passivos assumidos a valor justo	
Fornecedores	24.726
Salários a pagar	11.647
Tributos e encargos sociais a recolher	9.674
Empréstimos e financiamentos a pagar	190.649
Provisão para imposto de renda e contribuição social	103
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	107.412
Provisão para tributos diferidos	201
Provisões para ações judiciais	30.970
Arrendamento mercantil	136.426
Outros passivos	9.667
Total dos passivos assumidos a valor justo	521.475
Ativos adquiridos e passivos assumidos a valor justo (2)	243.098
Total do ágio (1) - (2)	700.591

Saúde por inteiro. Vida inteira.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.
CNPJ 19.853.511/0001-84



ANS nº 359017

★ **continuação** NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as seguintes controladas diretas e indiretas da Companhia:

Atividade principal	Data de aquisição	Data de incorporação	Participação societária 31 de dezembro de			
			Direta	Indireta	Direta	Indireta
			100,00%	–	100,00%	–
BCBF Participações S.A.			–	–	–	–
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.			–	–	–	–
Hospital São Bernardo S.A.			–	–	–	–
Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda.			–	–	–	–
São Lucas Saúde S.A.			–	–	–	–
São Lucas Serviços Médicos Ltda.			–	–	–	–
Hospital São Lucas ¹ (Clínica São Lucas Ltda.)			–	–	–	–
Clínipam - Clínica Médica Paranaense de Assistência Médica Ltda.			–	–	–	–
Gralha Azul Administração e Participação Ltda.			–	–	–	–
Hospital do Coração de Balmário Camboriú Ltda.			–	–	–	–
SMV Serviços Médicos Ltda.			–	–	–	–
Hospital e Maternidade Santa Mônica S.A.			–	–	–	–
INCORD - Instituto de Neurologia e de Coração de Divinópolis Ltda.			–	–	–	–
Bioimagem Diagnósticos por Imagem e Laboratório de Análises Clínicas Ltda.			–	–	–	–
Hospital e Maternidade Santa Brígida S.A.			–	–	–	–
Lifecenter Sistema de Saúde S.A.			–	–	–	–
Climepe Total Ltda.			–	–	–	–
Bio Saúde Serviços Médicos Ltda.			–	–	–	–
Hospital do Coração de Londrina Ltda.			–	–	–	–
Notre Dame Intermédica Minas Gerais Ltda.			–	–	–	–
Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.			–	–	–	–
Hospital e Maternidade Mariângela S.A.			–	–	–	–
Seratom - Serviço de Prestação de Assistência Médico-Hospitalar S.A.			–	–	–	–
IMESA - Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.			–	–	–	–
Hospital Varginha S.A.			–	–	–	–
Casa de Saúde e Maternidade Santa Martha S.A.			–	–	–	–
CCG Participações S.A.			–	–	–	–
Centro Clínico Gaúcho S.A.			–	–	–	–
Laboratório Marques D'Almeida Ltda.			–	–	–	–
Centro Clínico Canoas Ltda.			–	–	–	–
Centro Gaúcho de Medicina Ocupacional Ltda.			–	–	–	–
Hospital Centro Clínico Gaúcho Saúde Ltda.			–	–	–	–
União de Clínicas Rio Grande Ltda.			–	–	–	–
Hospital do Coração Duque de Caxias Ltda.			–	–	–	–

¹ Em ata de assembleia geral extraordinária realizada em 24 de julho de 2022, os associados aprovaram a conversão da associação em sociedade por ações e a nova denominação social em razão da conversão para Hospital São Lucas S.A.

(i) Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para Companhia. A contraprestação transferida é mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações preexistentes. Esses montantes são reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se o pagamento for classificado como instrumento patrimonial, então ele não é remensurado e a liquidação é registrada no patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório, e as alterações subsequentes ao valor justo, são reconhecidas no resultado do exercício.

(ii) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(iii) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar a participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iv) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações em intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

5.3.2. Reconhecimento de receitas e custos operacionais

A Companhia e suas controladas atuam no ramo de prestação de serviços de assistência à saúde e odontológica. Os serviços são vendidos em contratos separados, individual por cliente ou agrupados com um pacote de serviços. Para este, com planos de assistência à saúde, a Companhia entende que o mesmo deve atender aos requerimentos do CPC 11/IFRS 4 - Contratos de Seguros. Para os itens não enquadrados nesse pronunciamento, a Companhia adota como política para o reconhecimento de receita os critérios dispostos no CPC 47/IFRS 15 - Contratos com clientes.

(i) Reconhecimento de receitas operacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas de contraprestações, na modalidade de preço pré-estabelecido, são apropriadas no resultado pelo montante correspondente ao período de cobertura do risco incorrido (*pro rata die*).

Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos com clientes, o valor dos contratos com os clientes é registrado na rubrica "Provisões técnicas de operações de assistência à saúde", no subitem "Provisão de contraprestação não ganha - PPCNG", conforme destacado na nota explicativa 22, classificada no passivo circulante.

As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência à saúde são contabilizadas pelo regime de competência.

(ii) Receitas de contratos com clientes

a) Prestação de serviços

A Companhia presta serviços de assistência à saúde e odontológica por meio de seus hospitais. Esses serviços são vendidos separadamente nos contratos com os clientes. A Companhia avaliou que os serviços são satisfeitos ao longo do tempo dado que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios prestados. A Companhia identificou e analisou as diferenças de acordo com o novo pronunciamento, conforme descrito abaixo:

Contraprestação variável

A Companhia possui dois tipos de glosas:

- Internas, as quais são realizadas pelos auditores das operadoras que fiscalizam os relatórios anuais do faturamento dentro dos hospitais; e
- Externas, glosas das faturas emitidas e enviadas para as operadoras e que por diversos motivos podem ser ou não aprovadas.

A Companhia considera que as glosas são contraprestações variáveis, de acordo com o IFRS 15.

Se a contraprestação prometida no contrato incluir um valor variável, a entidade estima o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente.

A variabilidade relativa à contraprestação prometida ao cliente pode ser declarada expressamente no contrato.

Sobre o valor da contraprestação variável, utilizando qualquer dos métodos a seguir e, dependendo do método, a entidade espera melhor prever o valor da contraprestação à qual tem direito:

- O valor esperado: é a soma de valores ponderados em função da probabilidade de uma gama de possíveis valores de contraprestação. O valor esperado pode ser uma estimativa apropriada do valor da contraprestação variável, se a entidade tiver grande número de contratos com características similares;
- O valor mais provável: é o valor único mais provável de uma gama de possíveis valores de contraprestação (ou seja, o resultado único mais provável do contrato). O valor mais provável pode ser uma estimativa apropriada do valor da contraprestação;
- Variável: se o contrato tiver apenas dois possíveis resultados (por exemplo, a entidade atingir um bônus de desempenho ou não).

(iii) Reconhecimento dos custos dos serviços prestados

Os custos com a operação da rede própria de atendimento são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pela rede credenciada de atendimento (hospitais, laboratórios e clínicas) são contabilizados com base nas notificações que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos.

5.3.3. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- Receita de juros;
- Despesas de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Ganhos/perdas líquidos de instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- Perdas por redução ao valor recuperável (e reversões) sobre investimentos em títulos de dívida contabilizados ao custo amortizado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A Companhia e suas controladas classificam dividendos e juros sobre capital próprio pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

5.3.4. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão em que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial do ativo.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Não foram realizadas reduções aos ativos fiscais diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

5.3.5. Imobilizado

Os itens que compõem o imobilizado são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme apresentado a seguir:

Grupo do ativo imobilizado	Vida útil	Taxa média anual de depreciação - % a.a.
Terrenos e imóveis	25 a 50 anos	2%
Veículos	1 a 10 anos	17%
Instalações	5 a 10 anos	14%
Máquinas e equipamentos	1 a 25 anos	14%
Móveis e utensílios	1 a 15 anos	10%
Equipamentos de computação	1 a 15 anos	25%

A Companhia e suas controladas revisam o valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação no encerramento de cada exercício e os ajustam de forma prospectiva, quando for o caso.

Ativos imobilizados são contabilizados quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

5.3.6. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, se houver. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida e indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação às perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Aquisição da carteira de plano de saúde

Sistema de computadores

Ágio adquirido por combinação de negócios

Ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis

Um ativo é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

5.3.7. Despesas de comercialização diferidas

Representados por comissões pagas pela comercialização de planos coletivos e individuais reconhecidas ao resultado pelo prazo médio estimado de permanência dos beneficiários na carteira de clientes. Os indicadores de permanência de clientes são apurados a partir da observação do tempo médio ponderado compreendido entre a data de contratação do plano e a data em que se efetiva o cancelamento de tais contratos. Apenas as despesas de comercialização referentes aos contratos ativos permanecem diferidas, ou seja, quando um contrato é cancelado no transcorrer do período de vigência de diferimento, o saldo residual remanescente é integralmente reconhecido como despesa do período em que o cancelamento for realizado.

5.3.8. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao Custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes ("ORA"). Essa escolha é realizada através da análise de cada investimento, individualmente.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, pois isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Objetiva identificar se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualifiquem para desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contr



Notre Dame Intermédica Participações S.A.

CNPJ 19.853.511/0001-84

★ **continuação** NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.3.15. Provisões
Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos do passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

(i) **Provisão para riscos fiscais, civis e trabalhistas**

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(ii) **Contratos onerosos**

Se a Companhia e suas controladas possuem um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão seja criada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Companhia e suas controladas reconhecem qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a esse contrato.

Um contrato oneroso como um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato e este é determinado com base:

- No custo de cumprir o contrato; ou
 - No custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento dos contratos; dos dois, o menor.
- O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, custos incrementais) e uma alocação de outros custos diretamente associados às atividades do contrato.

(iii) **Provisões técnicas de operações de assistência à saúde**

Constituídas de acordo com Resoluções Normativas emitidas pela ANS, essas provisões são representadas pela:

(a) **Provisão de Prêmio Contraprestação Não Ganha (PPCNG):** é calculada *pro rata die*, com base nos prêmios dos planos de saúde e odontológicos, representando o valor cobrado pela operadora proporcional aos dias ainda não transcorridos dentro do próprio mês em que a vigência de cobertura do risco foi iniciada em benefício do cliente.

(b) **Provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS (Sistema Único de Saúde):** é calculada a partir das notificações enviadas pelo SUS, representando a restituição das despesas em eventual atendimento de seus beneficiários que já foram efetivamente cobradas, uma estimativa de futuras notificações de cobranças que estão em processo de análise, calculadas conforme decisão judicial obtida pela Companhia para adoção de metodologia própria.

(c) **Provisão para eventos a liquidar:** é constituída com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, incluindo os sinistros judiciais e custos relacionados atualizados monetariamente.

(d) **Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA):** é calculada atuarialmente a partir da estimativa dos sinistros já ocorridos e ainda não avisados, com base em triângulos de *run-off* mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 12 meses, dos futuros pagamentos de eventos relacionados com ocorrências anteriores à data-base de cálculo, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

(e) **Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados para SUS (PEONA-SUS):** refere-se à estimativa do montante de eventos/sinistros que já tenham ocorrido na rede assistencial do SUS e que não tenham sido avisados.

(f) **Provisão para renúncia:** é constituída para os beneficiários que ficarem isentos dos pagamentos das contraprestações em um determinado período conforme cobertura prevista em contrato.

5.3.16. Direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia e suas controladas avaliam na data de início do contrato se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

(i) **Ativos de direito de uso**

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer nova remuneração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia e suas controladas ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos à redução ao valor recuperável.

(ii) **Passivo de arrendamento**

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e suas controladas e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia e suas controladas exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou a condição que gera essas pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

(iii) **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor**

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

5.3.17. Obrigações com benefícios de longo prazo pós-emprego a funcionários

A Companhia concede a certos executivos o benefício de assistência à saúde pós-emprego. O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.

Mensurações compreendendo ganhos e perdas atuariais, o efeito do limite dos ativos, excluindo os juros líquidos, e o retorno sobre ativos do plano, excluindo juros líquidos, são reconhecidos imediatamente no balanço patrimonial, com correspondentes débitos ou créditos retidos por meio de outros resultados abrangentes no período em que ocorre. As mensurações não são reclassificadas no resultado em períodos subsequentes.

Os custos de serviços passados são reconhecidos no resultado nas seguintes datas, a que ocorrer primeiro:

- A data de alteração do plano ou redução significativa da expectativa do tempo de serviço; e
- A data em que a Companhia reconhece os custos relacionados com reestruturação.

Os juros líquidos são calculados aplicando-se a taxa de desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido. A Companhia reconhece as seguintes variações nas obrigações de benefício definido líquido em despesas administrativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do resultado. Os participantes do plano de benefícios pós-emprego se restringem a certos executivos da Companhia e suas controladas.

5.3.18. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou, ainda, quando previsto em Lei. Conforme legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

5.3.19. Teste de adequação de passivos (TAP)

A Companhia e suas controladas elaboram o Teste de Adequação de Passivos (TAP) para todos os contratos vigentes a cada data de balanço e que estão vigentes na data de avaliação. Este teste é elaborado anualmente e revisado trimestralmente, considerando estimativas correntes de fluxos de caixa futuro, utilizando a data-base referência de clientes ativos, sem novos entrantes. A metodologia projeta entradas e saídas de recursos financeiros, considerando os reajustes técnicos e financeiros, alteração de valor por mudança de faixa etária, variação nos custos assistenciais, despesas administrativas e comerciais, retornos dos investimentos e valor do dinheiro no tempo utilizando a taxa de desconto Estruturas a Termo das Taxas de Juros livres de risco (ETTJ).

O Teste de Adequação de Passivos realizados foi segregado para as carteiras de planos individuais, coletivos empresariais e coletivos por adesão. O teste efetuado de adequação de passivos não demonstrou insuficiência.

Caso seja identificada qualquer insuficiência, a Companhia e suas controladas registram a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, primeiramente reduzindo os custos de aquisição até o limite de zero e depois constituindo provisões adicionais aos passivos já registrados na data do teste.

5.3.20. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

As políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são consistentes com as utilizadas em comparação em 31 de dezembro de 2021, exceto pelas mudanças exigidas pelos novos pronunciamentos, interpretações e alterações, aprovados pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme segue:

- IAS 16 (CPC 27) - Ativo imobilizado;
- IFRS 3 (CPC 15) - Combinação de Negócios - Alterações nas referências à Estrutura Conceitual;
- IAS 37 (CPC 25) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Contratos onerosos;
- IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros.

A adoção dessas alterações não causou nenhum impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período inicial de adoção (1º de janeiro de 2022).

Novos pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações do IASB, aplicáveis ao IFRS:

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor, estão descritas a seguir. A Companhia irá adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, caso aplicável, quando entrarem em vigor:

- Alteração ao IAS 1 (CPC 26) "Apresentação das Demonstrações Contábeis";
- Alteração ao IAS 1 (CPC 26) e IFRS *Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis*;
- Alteração ao IAS 9 (CPC 23) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; e
- Alteração ao IAS 12 (CPC 32) - Tributos sobre o Lucro.

5.3.21. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas que ainda não estão em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

(i) **IFRS 17 - Contratos de seguro**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas que ainda não estão em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

(ii) **IFRS 17 - Contratos de seguro**

O IASB emitiu o IFRS 17 (CPC 50), em substituição ao IFRS 4 (CPC 11) - Contratos de Seguro, que estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros dentro do escopo da norma. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. O IFRS 17/CPC 50, recepcionado pela CVM, por meio da Resolução CVM 42/2021, é aplicável para exercícios anuais com início em 1º de janeiro de 2023.

A Companhia e suas controladas estão avaliando a efetiva aplicabilidade da referida Norma, considerando a sua estratégia de negócios amparada na "verticalização" de suas operações, o que a torna, essencialmente prestadora de serviço de assistência à saúde.

A Companhia e suas controladas vendem (a) planos de saúde com cobertura de custos de assistência médica, sendo a maior parte dos atendimentos realizada nas redes clínica, ambulatória e hospitalar própria; e (b) planos odontológicos com o serviço prestado através de rede credenciada. Nessas operações, as operadoras de saúde da Companhia e suas controladas administram "riscos de saúde", no qual há a combinação da prestação de serviços de assistência à saúde e um método de precificação da contraprestação a ser recebida a partir de uma mensalidade por taxa mensal fixa e que considera a premissa de se tratar de um contrato de longo prazo e com capacidade de tornar os clientes cativos; dentre outros aspectos relevantes.

Impacto estimado da adoção da IFRS 17

O IFRS 17/CPC 50 busca uniformizar a ampla variedade de práticas contábeis até então aplicadas no mercado segurador, que prejudicava a comparabilidade das informações contábeis das seguradoras em diferentes jurisdições.

A Norma, com efeitos partir de 1º de janeiro de 2023, tem como data de transição 1º de janeiro de 2022, e os impactos de transição devem afetar diretamente a rubrica de Lucros Acumulados no Patrimônio Líquido.

A eventual adoção do IFRS 17/CPC 50 não resultará em impactos regulatórios, uma vez que tais limites são calculados segundo os princípios e normas contábeis geralmente aceitos no Brasil aplicáveis às operadoras de saúde autorizadas a funcionar pela ANS que não aprovou o IFRS 17/CPC 50.

O IFRS 17/CPC 50 exige que todas as seguradoras reflitam os efeitos das mudanças em suas demonstrações financeiras de maneira transparente, fornecendo informações sobre a lucratividade atual e futura dos seus contratos de seguro. Além dessa comparabilidade, a norma instituiu os níveis de agrupamento dos contratos de seguro (nível de safranamento, portfólio e grupos) e a aplicação dos modelos contábeis que devem ser definidos de acordo com as características dos contratos de seguros. Esses modelos são divididos em:

- **BBA - Building Block Approach (Modelo Geral de Mensuração):** modelo padrão para todos os contratos de seguros;
- **PAA - Premium Allocation Approach (Abordagem de Alocação de Prêmio):** modelo simplificado opcional, indicado para contratos de curta duração (cobertura até um ano) ou quando a cobertura remanescente não seja materialmente diferente do valor calculado no modelo BBA; e
- **VFA - Variable Fee Approach (Abordagem de Taxa Variável):** modelo aplicável a contratos de seguros com características de participação direta, compostos substancialmente por contratos de serviço relacionados a investimentos de acordo com os quais uma entidade promete um retorno de investimento com base nos tenses subjacentes.

No reconhecimento inicial do modelo BBA, deve-se considerar as estimativas de fluxo de caixa futuro, os ajustes do valor do dinheiro no tempo (ajustes a valor presente) e os ajustes dos riscos não financeiros para avaliar se o contrato é superavaliado ou deficitário. Com isso, surge o conceito da margem de serviço contratual (CSM - *Contractual Service Margin*), que deverá ser contabilizada no passivo, sendo convertida para receita ao longo da vigência do contrato. Nos casos de contratos onerosos (quando essa margem de serviço contratual é deficitária), esses valores deverão ser contabilizados imediatamente no resultado. No modelo PAA, baseado em passivo de cobertura remanescente, semelhante à metodologia de prêmios não ganhos, os valores do passivo são reconhecidos em resultado de acordo com o período de cobertura dos contratos.

(iii) **Alterações ao IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras**

De acordo com o IAS 1 - *Presentation of financial statements*, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração do IAS 1 *Classification of liabilities as current or non-current*, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinaria que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

(iv) **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis**

Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

(v) **Alterações ao IAS 8 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro**

A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

(vi) **Alterações ao IAS 12 - Tributos sobre o lucro**

A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas.

5.4. Harmonização de práticas contábeis

Em 11 de fevereiro de 2022, foi consumada a combinação de negócios entre a Notre Dame Intermédica Participações S.A., controladora da Companhia, e a Hapvida Participações e Investimentos S.A. (Hapvida).

A Companhia e suas controladas procederam à harmonização de práticas contábeis com Hapvida, na qual ocorreram revisão nas estimativas contábeis com efeitos prospectivos conforme CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro com mudança de estimativa contábil, das quais as rubricas impactadas foram as seguintes durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

- Provisão para perda de créditos com liquidação duvidosa;
- Provisão para órteses, próteses e materiais especiais (OPME);
- Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA); e
- Provisão de eventos ocorridos e não avisados SUS (PEONA SUS).

5.5. Reapresentação das demonstrações financeiras

A Companhia está reapresentando, para melhor comparabilidade e apresentação, as demonstrações financeiras referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, emitidas em 29 de março de 2022 e 24 de março de 2021, respectivamente. As alterações realizadas são as seguintes:

Balanço patrimonial

(i) **Reclassificação da rubrica "Outros ativos" para rubrica "Tributos e encargos sociais a recolher" (R\$ 498.412 em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 376.929 em 31 de dezembro de 2020 - Consolidado).** Para melhor apresentação da rubrica de ISS a pagar, a Companhia efetuou reclassificação do ativo relacionado a esta rubrica, pois este refere-se a pagamento em consignação do referido imposto, porém não está relacionado a um processo judicial. Por uma questão operacional da Prefeitura Municipal de São Paulo, não é possível efetuar o recolhimento com os abatimentos relacionados ao segmento de saúde.

(ii) **Reclassificação da rubrica "Outros ativos" para rubrica "Outros passivos" (R\$ 17.286 em 31 de dezembro de 2021 - Controladora; R\$ 676.398 em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 694.168 em 31 de dezembro de 2020 - Consolidado).** Para melhor apresentação das obrigações contratuais, a Companhia efetuou reclassificação dos ativos relacionados a esta rubrica em decorrência dos instrumentos particulares de compra e venda de ações/quotas e outras avenças, gastos referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato serão de responsabilidade dos antigos acionistas/quotistas e, portanto, esses valores serão reembolsados ou descontados da parcela retida a pagar.

(iii) Após a finalização da combinação de negócios entre Hapvida Participações e Investimentos S.A. e a Notre Dame Intermédica Participações S.A. (controladora da Companhia) em 11 de fevereiro de 2022, a Companhia realizou a harmonização de suas políticas e práticas contábeis, o que gerou os seguintes ajustes no exercício:

a. Reversão do Ajuste a Valor Presente (AVP) registrado no reconhecimento inicial do goodwill das aquisições realizadas pela Companhia e suas controladas, nas rubricas "Intangíveis" e "Outros passivos" (R\$ 120.686 em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 96.723 em 31 de dezembro de 2020 - Consolidado); e

b. Reversão do ativo indenizatório nas rubricas "Intangíveis" e "Outros passivos" (R\$ 57.230 em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 30.362 em 31 de dezembro de 2020 - Consolidado).

31 de dezembro de 2021	Controladora	
	Publicado	Reapresentado
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	8.824	8.824
Tributos a recuperar	4.874	4.874
Outros ativos	1.079	1.079
Não circulante	2.871	2.871
Realizável a longo prazo	7.574.851	7.601.052
Passivo	138.779	138.779
Depósitos judiciais e fiscais	128.227	128.227
Outros passivos	10.552	10.552
Total do ativo	7.462.273	7.462.273
Circulante		
Fornecedores	2.460	2.460
Salários a pagar	355	355
Tributos e encargos sociais a recolher	189	189
Dividendos a pagar	431	431
Não circulante	1.485	1.485
Parcela diferida do preço de aquisição	464.707	464.707
Outros passivos	50.762	50.762
Patrimônio líquido	7.116.508	7.142.709
Capital social	5.808.609	5.808.609
Ações em tesouraria	(2.857)	(2.857)
Prêmio na aquisição de participação societária	(2.779)	(2.779)
Gastos com oferta pública de ações	(113.913)	(113.913)
Reservas:	1.427.448	1.453.649
Reserva de capital	177.105	177.105
Reserva de lucros (iii)	1.250.343	1.276.544
Total do passivo e patrimônio líquido	7.583.675	7.609.876

31 de dezembro de 2021	Controladora	
	Publicado	Reapresentado
Receita operacional líquida		
Custos dos serviços prestados	-	-
Lucro bruto		
Despesas administrativas	(48.603)	(48.603)
Equivalência patrimonial (iii)	(136.612)	(125.989)
Resultado antes do resultado financeiro	(185.215)	(174.592)
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	13.772	13.772
Despesas financeiras	(699)	(699)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(171.443)	(160.820)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	-	-
Prejuízo líquido do exercício	(171.443)	(160.820)
Atribuível aos sócios:		
Controladores	(171.443)	(160.820)
Não controladores	-	-
(Prejuízo)/Lucro por ação	(171.443)	

Saúde por inteiro. A vida inteira.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.
CNPJ 19.853.511/0001-84



ANS nº 359017

★ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2021	
	Publicado	Ajustes	Reapresentado	Reapresentado
Passivo				
Circulante	3.489.342	(519.576)	2.969.766	2.969.766
Fornecedores	213.622	-	213.622	213.622
Salários a pagar	216.510	-	216.510	216.510
Tributos e encargos sociais a recolher (i)	663.545	(498.412)	165.133	165.133
Dividendos a pagar	8	-	8	8
Empréstimos e financiamentos	195.878	-	195.878	195.878
Debêntures	344.692	-	344.692	344.692
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	22.433	-	22.433	22.433
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	1.522.844	-	1.522.844	1.522.844
Arrendamentos	57.596	-	57.596	57.596
Outros passivos (ii)	252.214	(21.164)	231.050	231.050
Não circulante	8.414.351	(483.764)	7.930.587	7.930.587
Tributos e encargos sociais a recolher	86.826	-	86.826	86.826
Empréstimos e financiamentos	1.296.237	-	1.296.237	1.296.237
Debêntures	3.169.936	-	3.169.936	3.169.936
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	687.651	-	687.651	687.651
Parcela diferida do preço de aquisição	50.762	-	50.762	50.762
Impostos diferidos passivos	643.418	-	643.418	643.418
Provisões para ações judiciais	774.510	-	774.510	774.510
Arrendamentos	657.156	-	657.156	657.156
Outros passivos (ii)	1.047.855	(483.764)	564.091	564.091
Patrimônio líquido e participação de não controladores	7.117.668	26.201	7.143.869	7.143.869
Capital social	5.808.609	-	5.808.609	5.808.609
Ações em tesouraria	(2.857)	-	(2.857)	(2.857)
Prêmio na aquisição de participação societária	(2.779)	-	(2.779)	(2.779)
Gastos com oferta pública de ações	(113.913)	-	(113.913)	(113.913)
Reservas:	1.427.448	26.201	1.453.649	1.453.649
Reserva de capital	177.105	-	177.105	177.105
Reserva de lucros (iii)	1.250.343	26.201	1.276.544	1.276.544
Participação não controladores	1.160	-	1.160	1.160
Total do passivo e patrimônio líquido	19.013.270	(977.139)	18.036.131	18.036.131

	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2021	
	Publicado	Ajuste	Reapresentado	Reapresentado
Receita operacional líquida	12.584.361	-	-	-
Custos dos serviços prestados	(10.392.585)	-	-	-
Lucro bruto	2.191.776			
Despesas administrativas	(1.176.493)	-	(1.176.493)	(1.176.493)
Despesas comerciais	(692.942)	-	(692.942)	(692.942)
Perdas de recuperação sobre créditos	(105.800)	-	(105.800)	(105.800)
Outras receitas, líquidas	32.559	-	32.559	32.559
Resultado antes do resultado financeiro	249.100		249.100	249.100
Resultado financeiro	(348.018)	16.096	(331.922)	(331.922)
Receitas financeiras	221.192	-	221.192	221.192
Despesas financeiras (iii)	(569.210)	16.096	(553.114)	(553.114)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(98.918)	16.096	(82.822)	(82.822)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(65.668)	-	(65.668)	(65.668)
Imposto de renda e contribuição social - diferido (iii)	(6.921)	(5.473)	(12.394)	(12.394)
Prejuízo líquido do exercício	(171.507)	10.623	(160.884)	(160.884)
Atribuível aos sócios:				
Controladores	(171.443)	10.623	(160.820)	(160.820)
Não controladores	(64)	-	(64)	(64)
(Prejuízo)/Lucro por ação	(0,2796)	(0,2623)	(0,2623)	(0,2623)
Básico	(0,2796)	-	(0,2623)	(0,2623)
Diluído	(0,2796)	-	(0,2623)	(0,2623)

	31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2020	
	Publicado	Ajustes	Reapresentado	Reapresentado
Ativo				
Circulante	5.118.964	(376.929)	4.742.035	4.742.035
Caixa e equivalentes de caixa	2.563.751	-	2.563.751	2.563.751
Aplicações financeiras	1.001.019	-	1.001.019	1.001.019
Contas a receber de clientes	637.763	-	637.763	637.763
Estoques	100.520	-	100.520	100.520
Despesas de comercialização diferidas	244.009	-	244.009	244.009
Tributos a recuperar	113.630	-	113.630	113.630
Outros ativos (i)	458.272	(376.929)	81.343	81.343
Não circulante	11.397.821	(575.108)	10.822.713	10.822.713
Realizável a longo prazo	2.440.385	(702.193)	1.738.192	1.738.192
Aplicações financeiras	152.647	-	152.647	152.647
Impostos diferidos ativos (iii)	549.893	(8.025)	541.868	541.868
Despesas de comercialização diferidas	229.558	-	229.558	229.558
Depósitos judiciais e fiscais	782.033	-	782.033	782.033
Outros ativos (ii)	726.254	(694.168)	32.086	32.086
Investimentos	993	-	993	993
Imobilizado	2.217.421	-	2.217.421	2.217.421
Direito de uso	492.451	-	492.451	492.451
Intangível (iii)	6.246.571	127.085	6.373.656	6.373.656
Total do ativo	16.516.785	(952.037)	15.564.748	15.564.748
Passivo				
Circulante	2.797.100	(376.929)	2.420.171	2.420.171
Fornecedores	162.326	-	162.326	162.326
Salários a pagar	212.006	-	212.006	212.006
Tributos e encargos sociais a recolher (i)	502.841	(376.929)	125.912	125.912
Dividendos a pagar	174.877	-	174.877	174.877
Empréstimos e financiamentos	225.077	-	225.077	225.077
Debêntures	81.091	-	81.091	81.091
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	62.431	-	62.431	62.431
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	1.176.699	-	1.176.699	1.176.699
Arrendamentos	38.376	-	38.376	38.376
Outros passivos	161.376	-	161.376	161.376
Não circulante	6.621.000	(590.686)	6.030.314	6.030.314
Tributos e encargos sociais a recolher	62.369	-	62.369	62.369
Empréstimos e financiamentos	943.663	-	943.663	943.663
Debêntures	2.238.572	-	2.238.572	2.238.572
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	531.537	-	531.537	531.537
Parcela diferida do preço de aquisição	72.938	-	72.938	72.938
Impostos diferidos passivos	526.556	-	526.556	526.556
Provisões para ações judiciais	870.530	-	870.530	870.530
Arrendamentos	489.355	-	489.355	489.355
Outros passivos (ii)	885.480	(590.686)	294.794	294.794
Patrimônio líquido e participação de não controladores	7.098.685	15.578	7.114.263	7.114.263
Capital social	5.646.453	-	5.646.453	5.646.453
Ações em tesouraria	(2.857)	-	(2.857)	(2.857)
Prêmio na aquisição de participação societária	(2.779)	-	(2.779)	(2.779)
Gastos com oferta pública de ações	(113.913)	-	(113.913)	(113.913)
Reservas:	1.571.243	15.578	1.586.821	1.586.821
Reserva de capital	149.304	-	149.304	149.304
Reserva de lucros (iii)	1.421.939	15.578	1.437.517	1.437.517
Participação não controladores	538	-	538	538
Total do passivo e patrimônio líquido	16.516.785	(952.037)	15.564.748	15.564.748

	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2021	
	Publicado	Ajuste	Reapresentado	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido do exercício	(171.507)	10.623	(160.884)	(160.884)
Depreciação e amortização	310.175	-	310.175	310.175
Depreciação direito de uso	83.156	-	83.156	83.156
Atualização monetária - depósitos judiciais	(36.630)	-	(36.630)	(36.630)
Atualização monetária - contingência	87.714	-	87.714	87.714
Ajuste a mercado s/aplicações financeiras	7.238	-	7.238	7.238
Atualização monetária - SUS	26.811	-	26.811	26.811
Receita c/aplicações financeiras	(110.091)	-	(110.091)	(110.091)
(Receita)/Despesa c/variação cambial	(535)	-	(535)	(535)
Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos	79.511	10.946	90.457	90.457
Variação de provisões técnicas	96.549	-	96.549	96.549
Provisões para ações judiciais	83.588	-	83.588	83.588
Provisão/(Reversão) - perda de recuperabilidade s/créditos	(3.166)	-	(3.166)	(3.166)
Perda efetiva de recuperabilidade s/créditos	108.966	-	108.966	108.966
Provisão de glosa esperada	(1.313)	-	(1.313)	(1.313)
Amortização - despesa de comercialização diferida	360.213	-	360.213	360.213
Juros s/debêntures e custo de captação	176.528	-	176.528	176.528
Juros s/empréstimos e financiamentos e custo de captação	95.342	-	95.342	95.342
Juros s/arrendamentos	60.819	-	60.819	60.819
Apropriação programa stock option	27.801	-	27.801	27.801
Baixa imobilizado/intangível	12.336	-	12.336	12.336
Outros	(1.813)	-	(1.813)	(1.813)
Instrumentos derivativos - NDF (Non-Deliverable Forward)	7.276	-	7.276	7.276
Baixa direito de uso/arrendamentos	(2.713)	-	(2.713)	(2.713)
	1.296.255	21.569	1.317.824	1.317.824
(Aumento)/(diminuição) dos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes	(76.810)	-	(76.810)	(76.810)
Estoques	(27.248)	-	(27.248)	(27.248)
Tributos a recuperar (iii)	(27.091)	(5.473)	(32.564)	(32.564)
Despesas de comercialização diferida	(370.310)	-	(370.310)	(370.310)
Depósitos judiciais e fiscais	(145.555)	-	(145.555)	(145.555)
Outros ativos	(223.614)	18.806	(204.808)	(204.808)
	(870.628)	13.333	(857.295)	(857.295)
Aumento/(diminuição) dos passivos operacionais				
Fornecedores	(181.507)	-	(181.507)	(181.507)
Salários a pagar	(34.150)	-	(34.150)	(34.150)
Tributos e encargos sociais a recolher (i)	75.726	(121.482)	(45.756)	(45.756)
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	124.928	-	124.928	124.928
Provisões para ações judiciais	(66.476)	-	(66.476)	(66.476)
Outros passivos (i) e (iii)	(130.639)	86.580	(44.059)	(44.059)
Parcela diferida do preço de aquisição	(22.176)	-	(22.176)	(22.176)
	(234.294)	(34.902)	(269.196)	(269.196)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	191.333		191.333	191.333
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(114.123)	-	(114.123)	(114.123)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	77.210		77.210	77.210
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(1.990.396)		(1.990.396)	(1,990.396)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	1.017.270		1.017.270	1,017.270
Redução no saldo de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(895.916)		(895.916)	(895.916)
Caixa e equivalentes de caixa - início do exercício	2.563.751		2.563.751	2,563.751
Caixa e equivalentes de caixa - final do exercício	1.667.835		1.667.835	1,667.835

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

6.1. Hierarquia de valor justo
Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis de uma hierarquia. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:
• **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
• **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo e passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
• **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).
A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas não efetuaram transferência entre ativos financeiros, tampouco houve transferência entre níveis hierárquicos.
Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são apresentados na tabela a seguir e apresentam os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia de avaliação:

	31 de dezembro de 2022					
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados a valor justo						
Aplicações financeiras - fundos de investimentos	-	1.201.157	1.201.157			

Saúde por inteiro. A vida inteira.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.
CNPJ 19.853.511/0001-84



ANS nº 359017

★ **continuação** NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os tributos incidentes sobre o prejuízo do exercício são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Resultado antes do IR/CS	(1.215.821)	(160.820)	(1.496.097)	(82.822)
À alíquota fiscal de 34%	404.471	54.679	508.673	28.159
Equivalência patrimonial	(295.700)	(42.836)	-	-
Remuneração variável dos administradores	-	-	(4.236)	(8.125)
Programa de <i>stock option</i>	(3.673)	(9.452)	(3.673)	(9.452)
Ajuste a valor presente - parcela diferida do preço de aquisição	-	-	-	-
Prejuízo fiscal sem constituição de imposto diferido	-	-	-	-
Ajuste de lucro presumido	-	-	900	1.413
Receitas/(Despesas) ineditáveis	-	3.970	(163.315)	416
Prejuízo fiscal sem constituição de imposto diferido	(10.523)	(6.361)	(71.768)	(51.754)
Outras exclusões (adições) permanentes	(103.483)	-	13.273	(38.719)
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social na demonstração do resultado	-	-	279.854	(78.062)
Despesa de imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	(10.112)	(65.668)
Crédito/(Despesa) de imposto de renda e contribuição social - diferido	-	-	289.966	(12.394)
Alíquota efetiva	0%	0%	19%	(94%)

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Destacamos a seguir para a Companhia e suas Controladas a origem dos depósitos judiciais:

	Consolidado				
	31 de dezembro de 2021	Saldo adquirido	Adições/baixas depósitos	Atualizações	31 de dezembro de 2022
Fiscais	276.328	6.396	20.132	16.296	319.152
Trabalhistas	32.430	1.764	1.787	1.689	37.670
Regulatórios/Cíveis	112.027	232	15.153	3.309	130.721
Depósitos judiciais - SUS	610.129	1.323	150.494	68.814	828.773
	1.030.914	9.728	187.566	88.108	1.316.316

	Consolidado				
	31 de dezembro de 2020	Saldo adquirido	Adições/baixas depósitos	Atualizações	31 de dezembro de 2021
Fiscais	212.244	26.775	12.799	24.510	276.328
Trabalhistas	28.389	1.839	9.201	(6.999)	32.430
Regulatórios/Cíveis	66.592	32.016	12.404	1.015	112.027
Depósitos judiciais - SUS	474.808	6.065	111.152	18.104	610.129
	782.033	66.695	145.556	36.630	1.030.914

Fiscais - conforme apresentado na nota explicativa 24, a Companhia e suas Controladas possuem discussões processuais que aguardam decisão judicial e administrativa. A Companhia e suas controladas, conforme orientação de seus advogados, efetuaram depósitos judiciais e aguardam a conclusão da lide.

Trabalhistas - depósitos efetuados pela Companhia e suas controladas para fazer frente a questionamentos de contingências, conforme apresentado na nota explicativa 24, com natureza reclamatória trabalhista, danos morais, ações coletivas e cível pública.

Regulatórios/Cíveis - correspondem a depósitos judiciais que têm como natureza a cobrança indenizatória, obrigação de fazer, reversional, inexistibilidade de débito e execução declaratória. O registro das contingências regulatórias/cíveis apresentadas na nota explicativa 24 está relacionado a esses depósitos.

Depósitos judiciais - SUS - as controladas questionam judicialmente os valores cobrados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS a título de "Ressarcimento ao SUS", que trata o artigo 32 da Lei nº 9.656/98. As Controladas não atribuíram prognóstico de risco por se tratar de garantia da efetivação da tutela jurisdicional.

15. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA

A movimentação do investimento na Controlada direta BCBF Participações S.A. ocorreu da seguinte forma:

	BCBF	Outros ativos (i)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	7.004.983	457.290	7.462.273
Combinação de negócios - Hapvida	(20.858)	-	(20.858)
Aumento de capital	1.660.000	-	1.660.000
Perda de participação em empresas controladas	(636)	-	(636)
Ajuste de inventário	-	(868)	(868)
	8.643.489	456.422	9.099.911
Equivalência patrimonial do exercício total	(855.486)	(14.220)	(869.706)
Equivalência patrimonial do exercício	(855.486)	-	(855.486)
Efeito líquido da combinação de negócios	-	(14.220)	(14.220)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.788.003	442.202	8.230.205

(i) Refere-se ao ágio gerado pela aquisição do Grupo Notre Dame Intermédica e a mais-valia de ativos tangíveis e intangíveis.

Principais informações contábeis sobre a Controlada Direta BCBF Participações S.A.:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativo	11.561.921	10.664.167
Passivo	3.773.918	3.659.184
Patrimônio líquido	7.788.003	7.004.983
Prejuízo do exercício	(855.486)	(105.281)
% Participação societária	100,00%	100,00%

16. IMOBILIZADO

	Consolidado						
	31 de dezembro de 2021	Saldo adquirido	Aquisições	Baixas	Transferência	Depreciação	31 de dezembro de 2022
Terrenos e imóveis	1.634.468	44.044	20.036	(5.593)	84.709	(53.850)	1.723.814
Veículos	558	1.825	255	(373)	18	(542)	1.741
Instalações	23.579	2.292	3.192	35	13.544	(2.362)	40.280
Máquinas e equipamentos	366.054	78.311	65.565	(32.103)	(18.639)	(78.794)	380.394
Móveis e utensílios	69.169	6.323	11.892	(4.589)	5.187	(14.408)	73.574
Equipamentos de computação	60.029	2.954	9.989	(4.514)	15.691	(31.754)	52.395
Imobilizações em curso	181.285	622	103.338	(3.574)	(122.237)	(136)	159.298
Benefitórias em imóveis de terceiros	296.468	68.972	125.503	(3.290)	(12.061)	(10.769)	464.822
	2.631.610	205.343	339.770	(54.001)	(33.788)	(192.615)	2.896.319

	Consolidado						
	31 de dezembro de 2020	Saldo adquirido	Aquisições	Baixas	Transferência	Depreciação	31 de dezembro de 2021
Terrenos e imóveis	1.347.353	172.425	63.714	(3.092)	96.966	(42.898)	1.634.468
Veículos	714	195	24	(33)	(52)	(290)	558
Instalações	7.492	414	4.442	(29)	13.437	(2.177)	23.579
Máquinas e equipamentos	306.457	19.120	58.808	(171)	55.378	(73.538)	366.054
Móveis e utensílios	56.988	6.242	9.299	(175)	4.297	(7.482)	69.169
Equipamentos de computação	26.597	1.464	5.543	(88)	41.526	(15.013)	60.029
Imobilizações em curso	227.189	6.804	125.339	(3.165)	(163.950)	(10.932)	181.285
Benefitórias em imóveis de terceiros	244.631	18.714	109.425	(4.143)	(60.177)	(11.982)	296.468
	2.631.421	225.378	376.594	(10.896)	(12.575)	(164.312)	2.896.610

Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas, no mínimo anual, sobre o teste para redução do valor recuperável (*impairment*). Em 31 de dezembro de 2022, não houve indicadores de *impairment* sobre o imobilizado.

O montante de depreciação apurada no período é registrado no resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas administrativas", conforme notas explicativas 28 e 29.a, respectivamente.

A Administração não identificou eventos ou circunstâncias que requerem modificação nas estimativas de vida útil econômica para os itens apresentados no ativo imobilizado das demais empresas do Grupo.

Durante o exercício, a Companhia e suas Controladas adquiriram ativos imobilizados ao custo total de R\$ 339.770, dos quais R\$ 325.420 foram aquisições com pagamentos no período e R\$ 14.350 estão provisionados na rubrica "Fornecedores".

17. DIREITO DE USO E ARRENDAMENTOS

A Companhia possui arrendamentos com as naturezas de locação de imóveis, equipamentos de TI e frota de veículos, utilizando as cláusulas usuais de mercado para cancelamento e/ou extensão dos contratos.

As taxas de atualização utilizadas para atualizar os valores nos termos dos contratos são geralmente indexadas pelo índice de preços ao consumidor.

A Companhia chegou às taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia. Os *spreads* foram obtidos por meio de sondagem junto a potenciais investidores de títulos de dívidas da Companhia.

A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas pela Companhia:

Prazos	Taxa % a.a.
Até 2 anos	7,05%
De 2 a 4 anos	7,92%
De 4 a 6 anos	7,76%
De 6 a 8 anos	9,19%
De 8 a 10 anos	9,41%
Acima de 10 anos	9,40%

Os arrendamentos contratados pela Companhia são apresentados abaixo:

a) Direito de uso

	Consolidado			
	Aluguéis	Máquinas e equipamentos	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	597.068	49.765	14	646.847
Saldo adquirido	128.007	986	-	128.993
Atualizações contratuais	59.827	2	-	59.829
Adições novos contratos	6.000	-	-	6.000
Baixas	(677)	-	-	(677)
Depreciação	(82.680)	(10.705)	(14)	(93.399)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	707.545	40.048	-	747.593

	Consolidado			
	Aluguéis	Máquinas e equipamentos	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	466.923	25.492	36	492.451
Saldo adquirido	155.577	130	-	155.707
Atualizações contratuais	38.346	28.697	-	67.043
Adições novos contratos	23.079	6.126	-	29.205
Baixas	(14.403)	-	-	(14.403)
Depreciação	(72.454)	(10.680)	(22)	(83.156)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	597.068	49.765	14	646.847

b) Arrendamento a pagar

(i) Movimentação dos arrendamentos

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Saldo no início do exercício	714.752	527.731
Saldo adquirido	137.418	168.955
Atualizações contratuais	59.829	67.043
Adições novos contratos	6.000	29.205
(-) Baixas	(765)	(17.116)
Juros	73.053	60.819
(-) Contraprestação paga	(142.149)	(121.785)
Saldo no final do exercício	848.138	714.752
Circulante	51.479	57.596
Não circulante	796.659	657.156

(ii) Maturidade dos contratos

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
2022	-	124.220
2023	133.370	108.166
2024	131.957	103.768
2025	121.188	98.176
2026	115.961	12.292
2027	110.941	-
Acima de 5 anos	767.998	685.412
Valores não descontados	1.381.415	1.132.034
Juros embutidos	(533.277)	(417.282)
	848.138	714.752

c) Informações adicionais

Conforme base de conclusão 161 e 162 do IASB, referências do IFRS16/CPC06 (R2) e do ofício circular CVM 02/19, a Administração utilizou a taxa incremental como critério para os cálculos dos ativos e passivos escopo do IFRS16/CPC06 (R2) e assim estão apresentados nas Informações Financeiras Intermediárias da Companhia.

A Administração entende que a taxa utilizada representa o fluxo de caixa mais próximo do real e estão alinhados com as características de nossos contratos, conforme determina o item 27b do ofício da CVM.

Para atender à orientação do ofício e transparência requerida, informamos abaixo os impactos no balanço, com a comparabilidade dos juros nominais x juros efetivos, sendo que, para o cálculo da taxa efetiva, utilizamos o índice de nossos contratos cuja maior parte é IGP-M, aplicada no fluxo de pagamentos anuais, obtida pela divulgação das projeções do Banco Bradesco para os indicadores até 2025, sendo repetida a taxa mais longa para o fluxo futuro a partir de 5 anos.

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Fluxo nominal	1.381.415	1.132.034
Passivos de arrendamento	(533.277)	(417.282)
Juros embutidos	848.138	714.752
Fluxo real efetivo inflacionado	1.443.517	1.174.423
Passivos de arrendamento	(557.251)	(432.908)
Juros embutidos	886.266	741.515

d) Deliberação CVM 41/2021

Em 22 de junho de 2021, foi aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM a Resolução nº 41, que estabeleceu alterações no Pronunciamento Técnico - CPC 06 (R2) e que está em consonância com a aprovação do IASB. Em decorrência da pandemia de COVID-19, nos contratos de arrendamentos em que ocorreram impactos em redução ou suspensão de pagamentos e que em situação normal seriam provocadas modificações contratuais com alterações nos fluxos de caixa e revisão das taxas de desconto deverão ser tratados como pagamento variável.

Em atenção à Resolução da CVM e ao estabelecido no CPC 06(R2), a Companhia analisou e identificou os contratos que se enquadram ao pronunciamento, tendo estes sido afetados diretamente pela COVID-19 e, consequentemente, sofrido efeitos de redução e/ou suspensão de pagamentos, e os tratou como pagamentos variáveis e seus benefícios foram contabilizados no resultado do exercício, para todas os contratos onde as condições da revisão do pronunciamento foram atendidas:

- O valor revisado do aluguel fosse igual ou menor que o valor antes da alteração;
- Os descontos nos aluguéis não excediam a 31 de dezembro de 2022; e
- Não houvesse alterações substanciais nos termos e condições do contrato de arrendamento

18. INTANGÍVEL

(i) Movimentação do intangível

	Consolidado						
	31 de dezembro de 2021	Saldo adquirido	Aquisições	Baixas	Transferência	Amortização	31 de dezembro de 2022
Aquisição da carteira de plano de saúde (a)	770.968	299.924	-	-	(378)	(125.087)	945.427
Sistema de computadores	36.800	19.913	6.032	(220)	34.039	(22.276)	74.288
Ágio adquirido por combinação de negócios (b)	7.360.509	758.523	-	-	-	-	8.119.032
Ativos intangíveis (c)	174.763	7	-	-	-	(13.160)	161.610
Outros ativos intangíveis	28	15.299	21	-	127	(8.998)	6.478
	8.343.068	1.093.667	6.053	(220)	33.788	(169.521)	9.306.835

Saúde por inteiro. A vida inteira.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.
CNPJ 19.853.511/0001-84



ANS nº 359017

★ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição do saldo de empréstimos e financiamentos:

Linha de crédito	Instituição financeira	Indexador	Vencimento	Amortização	Juros a.a. (%)	Consolidado	
						31 de dezembro de 2022	2021
Capital de Giro	Banco Itaú	CDI + 2,4% a.a.	2024	Anual	12,92%	258.792	17.586
Capital de Giro	Banco Itaú	CDI	2024	Mensal	4,00%	17.586	3.509
Capital de Giro	Banco Santander	CDI	2023	Mensal	3,00%	—	4.635
Capital de Giro	Banco Santander	Pré-fixado	—	Mensal	11,71%	—	303.702
Capital de Giro	Banco Santander	CDI + 2,4% a.a.	2024	Anual	2,40%	5.404	—
Capital de Giro	Bradesco	CDI	—	Mensal	17,82%	—	3.090
Capital de Giro	Banco do Brasil	CDI	2023	Mensal	2,70%	—	299.074
Capital de Giro	Banco do Brasil	CDI + 2,3% a.a.	2025	Anual	2,70%	—	180.706
Capital de Giro	Banco do Brasil	CDI + 1,28% a.a.	2026	Trimestral	—	—	262.737
Capital de Giro	Banco do Brasil	CDI + 2,6% a.a.	2023	Anual	12,92%	—	9.696
Capital de Giro	Citibank	CDI	2024	Trimestral	2,70%	—	122
Capital de Giro	Banco BDMG	CDI	2024	Trimestral	2,70%	—	45
Leasing	Banco Santander	Pré-fixado	2023	Mensal	11,40%	65	246
Leasing	HP Financial	CDI	—	Mensal	14,10%	—	98.626
Leasing	HP Financial Service	Pré-fixado	2023	Mensal	1,10%	—	24.512
Nota promissória	Bradesco	CDI + 1,4% a.a.	—	Anual	1,44%	—	254
Coop. Crédito	Credicom	CDI	2026	Mensal	4,03%	—	61.849
Coop. Crédito	Sicoob	CDI + 0,25% a.a.	2028	Mensal	2,50%	—	11.599
FINAME	Banco Santander	100% CDI	2023	Semestral	13,85%	—	253.295
FINAME	Banco Santander	100% CDI	2023	Semestral	13,85%	—	530.659
Capital de Giro	Banco Santander	100% Taxa DI + 1,6% a.a.	2025	Trimestral	1,60%	—	354.205
CRI (i)	Itaú	CDI + 0,75% a.a.	2027	Semestral	0,75%	—	93.319
CRI (ii)	Itaú	IPCA + 7,0913% a.a.	2029	Semestral	7,09%	—	152
CRI (ii)	Itaú	IPCA + 7,2792% a.a.	2034	Semestral	7,28%	—	1.305.397
Outros		CDI	—	Mensal	—	—	1.492.115
							74.388
							195.878
							1.231.009
							1.296.237

(i) Em 12 de dezembro de 2022, foi celebrado o "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, com Garantia Adicional Fidejussória", em até três séries, da 7ª emissão da Companhia. As debêntures são vinculadas à 62ª emissão, em até três séries de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) da Virgo Companhia de Securitização, no montante de R\$ 1.000.000 (um bilhão de reais), no valor nominal unitário de R\$ 1 (um mil reais).

O total emitido de CRI ocorreu em três séries, sendo a primeira série de 542.426 (quinhentos e quarenta e dois mil quatrocentos e vinte e seis) CRI, segunda série de 362.151 (trezentos e sessenta e dois mil cento e duzentos mil) debêntures não conversíveis em ações, no valor nominal de R\$ 1.000,00 com esforços restritos de colocação, baseado na Instrução CVM nº 476/2009, com o objetivo de reforço de caixa no curso normal dos negócios, podendo os recursos também serem destinados a aumentos de capital em suas subsidiárias.

Os recursos serão destinados para: i) pagamento de salários, custos e despesas ainda não incorridos diretamente atinentes à construção, expansão, desenvolvimento e reforma de determinados imóveis e empreendimentos imobiliários; e ii) reembolso de gastos, custos e despesas, de natureza imobiliária e predefinidas; e iii) resgate parcial antecipado de dívidas.

A captação do recurso foi concluída em 27 de dezembro de 2022. A remuneração das três séries emitidas é como segue:

(i) 1ª série do CRI: remuneração ocorrerá em 15 de dezembro de 2027 (principal + juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI) acrescida exponencialmente de um spread ou sobretaxa de 0,75%.

(ii) 2ª série do CRI: remuneração ocorrerá em 17 de dezembro de 2029 (Principal + juros remuneratórios prefixados correspondentes a 7,0913% (sete inteiros e noventa e treze décimos de milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis).

(iii) 3ª série do CRI: remuneração ocorrerá em 15 de dezembro de 2034 (Principal + juros remuneratórios prefixados correspondentes a de 7,2792% (sete inteiros e dois mil setecentos e noventa e dois décimos de milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	2021
Saldo no início do exercício	1.492.115	1.168.740
Saldo adquirido	203.536	97.127
Captação	1.321.260	511.017
Custo com Captação	(23.148)	(2.284)
Apropriação curricular	5.917	2.878
Pagamento principal	(1.592.040)	(302.489)
Juros pagos	(203.251)	(74.390)
Variação Cambial	(474)	(948)
Ajuste valor presente	193	(1.018)
Juros incorridos	101.289	93.482
Saldo no final do exercício	1.305.397	1.492.115

21. DEBÊNTURES

a) Composição do saldo de debêntures:

Título	Modalidade	Unidade Emitidas	Emissão	Vencimento	Encargos Médio	Captação	Consolidado	
							31 de dezembro de 2022	2021
BCBF14	4ª emissão	750.000	22/09/2020	22/09/2025	CDI + 2,65% a.a.	750.000	778.422	765.698
BCBF15	5ª emissão	700.000	04/11/2020	04/11/2025	CDI + 2,65% a.a.	700.000	713.603	707.947
BCBF15	6ª emissão	1.200.000	18/10/2021	07/10/2027	CDI + 1,45% a.a.	1.200.000	1.233.992	1.216.179
NDMI13	3ª emissão	800.000	01/08/2019	01/08/2024	100% Taxa DI + 1,6% a.a.	800.000	564.838	824.804
							3.290.855	3.214.628
							866.534	344.692
							2.424.321	3.169.936

(i) Sexta emissão pública da BCBF Participações S.A.

A BCBF Participações S.A. (controlada direta da Companhia) captou, em 7 de outubro de 2021, o montante de R\$ 1.200.000 (um bilhão e duzentos milhões de reais), por meio de emissão de 1.200 (um milhão e duzentos mil) debêntures não conversíveis em ações, no valor nominal de R\$ 1.000,00 com esforços restritos de colocação, baseado na Instrução CVM nº 476/2009, com o objetivo de reforço de caixa no curso normal dos negócios, podendo os recursos também serem destinados a aumentos de capital em suas subsidiárias.

O prazo total é de 6 anos contados da data de emissão, e o principal será amortizado anualmente a partir do 4º (quarto) ano nas datas de 7 de outubro de 2025, 7 de outubro de 2026 e no vencimento em 7 de outubro de 2027.

A remuneração será paga semestralmente, sendo a primeira data em 7 de abril de 2022 e a última 7 de outubro de 2027. A atualização corresponde a uma sobretaxa de CDI (variação acumulada das taxas médias do CDI) + spread 1,45% a.a., base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

Em 18 de outubro de 2021, em cumprimento ao disposto no artigo 12 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 358/02, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que sua controlada BCBF Participações S.A. concluiu com sucesso sua emissão de debêntures.

(ii) Quinta emissão pública da BCBF Participações S.A.

A BCBF Participações S.A. (Controlada Direta da Companhia) captou, em 4 de novembro de 2020, o montante de R\$ 700.000 (setecentos milhões de reais) por meio de emissão de 700.000 (setecentas mil) debêntures não conversíveis em ações, no valor nominal de R\$ 1.000,00 com esforços restritos de colocação, baseado na Instrução CVM nº 476/2009, com o objetivo de reforço de caixa no curso normal dos negócios, podendo os recursos também serem destinados a aumentos de capital em suas subsidiárias.

O prazo total é de 5 anos contados da data de emissão e o principal será amortizado anualmente a partir do 3º (terceiro) ano nas datas de 22 de setembro de 2023, 22 de setembro de 2024 e no vencimento, em 22 de setembro de 2025.

A remuneração será paga semestralmente, sendo a primeira data em 22 de março de 2021 e a última em 22 de setembro de 2025. A atualização corresponde a uma sobretaxa de CDI (variação acumulada das taxas médias do CDI) + spread 2,65% a.a., base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

Em 26 de novembro de 2020, em cumprimento ao disposto no artigo 12 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 358/02, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que sua controlada BCBF Participações S.A. concluiu com sucesso sua emissão de debêntures.

(iii) Quarta emissão pública da BCBF Participações S.A.

A BCBF Participações S.A. (Controlada Direta da Companhia) captou, em 22 de setembro de 2020, o montante de R\$ 750.000 (setecentos e cinquenta milhões de reais) por meio de emissão de 750.000 (setecentos e cinquenta mil) debêntures não conversíveis em ações, no valor nominal de R\$ 1.000 com esforços restritos de colocação, baseado na Instrução CVM nº 476/2009, com o objetivo de reforço de caixa no curso normal dos negócios, podendo os recursos também serem destinados a aumentos de capital em suas subsidiárias.

O prazo total é de 5 anos contados da data de emissão e o principal será amortizado anualmente a partir do 3º (terceiro) ano nas datas de 22 de setembro de 2023, 22 de setembro de 2024 e no vencimento, em 22 de setembro de 2025.

A remuneração será paga semestralmente, sendo a primeira data em 22 de março de 2021 e a última em 22 de setembro de 2025. A atualização corresponde a uma sobretaxa de CDI (variação acumulada das taxas médias do CDI) + spread 2,65% a.a., base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

Em 30 de setembro de 2020, em cumprimento ao disposto no artigo 12 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 358/02, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que sua Controlada BCBF Participações S.A. concluiu com sucesso sua emissão de debêntures.

(iv) Terceira emissão pública da Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

A Notre Dame Intermédica Saúde S.A. (Controlada da BCBF) captou, em 1º de agosto de 2019, o montante de R\$ 800.000 (oitocentos milhões de reais) por meio de emissão de 800 (oitocentas mil) debêntures não conversíveis em ações no valor nominal de R\$ 1.000, com esforços restritos de colocação, baseado na Instrução CVM nº 476/2009, com o objetivo de repertório do endividamento da Companhia, aquisições de sociedades, compras de novos equipamentos e reforço do capital de giro.

O prazo total é de 5 anos contados da data de emissão, sendo que a remuneração será paga em 3 parcelas anuais, sendo o primeiro pagamento no 3º (terceiro) ano contado da data de emissão, em 1º de agosto de 2022, e o último em 1º de agosto de 2024. A atualização corresponde a uma sobretaxa de CDI (variação acumulada das taxas médias do CDI) + spread 1,60% a.a., base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

Em 1º de fevereiro de 2021, a Companhia, em cumprimento ao disposto na Lei nº 6.404/1976 e na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 358/2002, comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que a sua Controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. realizou, nesta data, o pagamento total dos juros sobre a 3ª emissão de debêntures não conversíveis. O valor dos juros pagos foi de R\$ 13.910.

b) Movimentação das debêntures:

	BCBF	Intermédica	Consolidado
	2.689.824	824.804	3.514.628
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.689.824	824.804	3.514.628
Apropriação dos custos	3.499	885	4.384
Pagamento principal	—	(266.667)	(266.667)
Juros pagos	(342.855)	(87.093)	(429.948)
Juros incorridos	375.349	92.909	468.258
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.726.017	564.838	3.290.855

Em 4 de novembro de 2022, a controlada BCBF Participações S.A. realizou o pagamento de juros referente a 5ª emissão de debêntures não conversíveis, emitida em 4 de novembro de 2020. O valor total pago de juros foi de R\$ 55.967.

c) Cronograma de amortização do saldo das debêntures:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	2021
12 meses	866.533	344.692
De 13 a 24 meses	745.983	612.282
De 25 a 36 meses	880.339	637.649
De 37 a 48 meses	398.908	1.122.006
De 49 a 60 meses	399.092	198.909
Acima de 60 meses	—	599.090
	3.290.855	3.514.628
	866.533	344.692
	2.424.321	3.169.936

d) Cláusulas restritivas (Covenants)

As debêntures e Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) emitidos pelas controladas BCBF Participações S.A. (BCBF) e Notre Dame Intermédica Saúde S.A. (Intermédica) possuem cláusulas e restrições contratuais relacionadas a vencimento antecipado, incluindo, porém não limitadas, àquelas que as obrigam a cumprir o "índice financeiro" definido em suas respectivas escrituras, medidos trimestralmente.

Em 31 de dezembro de 2022, BCBF e Intermédica estão atendendo integralmente as cláusulas contratuais restritivas financeiras relacionadas a vencimento antecipado.

Adicionalmente aos covenants financeiros, as debêntures possuem cláusulas contratuais restritivas não financeiras que envolvem uma série de condições como adimplência, transferência de controle societário e outros, que, na hipótese de não serem atendidas, podem acarretar o vencimento antecipado das respectivas operações.

Em 31 de dezembro de 2022, as controladas da Companhia estão atendendo integralmente as cláusulas contratuais restritivas não financeiras.

e) Garantias:

As controladas BCBF Participações e a Notre Dame Intermédica Saúde S.A. possuem recursos aplicados suficientes para honrar com o cumprimento do contrato.

Como garantia real, o fiador original concede fiança em favor dos debenturistas conforme termos do contrato de emissão de debêntures.

f) Resgate antecipado:

As emissões das controladas BCBF Participações S.A. e Notre Dame Intermédica Saúde S.A., poderão ser resgatadas antecipadamente a critério da Companhia a partir da data vinculada no contrato de emissão, mediante comunicação escrita ao Agente Fiduciário e publicação de aviso aos debenturistas.

22. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	2021
Provisão de eventos/sinistros a liquidar para SUS (a)	1.124.373	896.389
Provisão para eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais (b)	643.722	521.405
Provisão para eventos ocorridos e não avisados - PEONA (c)	813.377	582.336
Provisão de prêmio/contraprestação não ganha - PPCNG (c)	281.815	207.620
Provisão para remissão (c)	2.453	2.745
	2.865.740	2.210.495
	2.017.767	1.522.844
	847.973	687.651

a) Provisão de eventos/sinistros a liquidar para o SUS:

Em 3 de junho de 1998, o Governo Federal promulgou a Lei nº 9.656, a qual prevê, em seu art. 32, o ressarcimento ao SUS pelos serviços de atendimento à saúde prestados por instituições integrantes do Sistema Único de Saúde aos beneficiários de planos de saúde privados. As Controladas da Companhia contestam as cobranças na esfera administrativa e judicial em razão de inúmeras irregularidades que impossibilitam a sua efetividade, dentre elas a falta de regulamentação sobre temas infraconstitucionais. Para tais demandas judiciais, a Controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. efetua depósitos judiciais para garantir o suposto débito, conforme descrito na nota explicativa 14.

Saldo no início do exercício

Valor	Valor
Saldo adquirido	—
Avisos recebidos - SUS	—
Cobrança efetiva de eventos - SUS	—
Atualização monetária	—
Pagamentos efetuados	—
Saldo no final do exercício	—

b) Provisão de eventos a liquidar está demonstrada a seguir:

Valor	Valor
Saldo no início do exercício	—
Saldo adquirido	—
Avisos recebidos da rede credenciada líquidos de glosas	—
Gastos com rede própria classificada em eventos	—
Pagamentos efetuados para rede credenciada	—
Saldo no final do exercício	—

c) Variações das provisões técnicas:

PEONA (i)	PPCNG (ii)	Remissão (iii)
Saldo adquirido	32.253	3.511
Combinação de negócios Hapvida	3.548	—
Variação das provisões no período	195.240	70.684
Saldo em 31 de dezembro de 2022	813.377	281.815

(i) Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA e PEONA SUS, classificada no passivo circulante, é apurada por meio de estudo atuarial (Nota Técnica) e objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorrido, mas que não tenham sido notificados aos Operadoras.

(ii) Provisão de prêmios e contraprestações não ganhas - PPCNG, classificada no passivo circulante, consiste em receitas pertinentes a períodos de cobertura de meses posteriores.

(iii) Provisão para remissão, classificada no passivo circulante e não circulante, consiste em provisões para fazer face à isenção de contraprestações pelos beneficiários, conforme o contrato.

23. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	2021	2022	2021

Obrigações contratuais (a)	425.952	413.945	816.009	558.745
Depósito de terceiros	—	—	44.091	26.133
Recebimento antecipado cliente	—	—	14.124	3.193
Débitos diversos	—	—	61.726	41.714
Adiantamento parceria banco	—	—	619	6.449
Aluguéis a pagar	—	—	17.223	15.47

Saúde por inteiro. A vida inteira.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.
CNPJ 19.853.511/0001-84



ANS nº 359017

★ **continuação** NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. PARCELA DIFERIDA DO PREÇO DE AQUISIÇÃO

Conforme instrumento de assunção de dívida de 31 de outubro de 2014, a Companhia assumiu a obrigação da Bain Capital Brazil Participações Ltda. de pagar a parcela diferida do preço de aquisição no montante de R\$ 220.207 com vencimento em 20 de junho de 2020. Uma vez que os valores da parcela retida podem ser utilizados para abater eventuais contingências que tenham se materializado nos primeiros 6 anos contatos do fechamento e considerando a existência de processos administrativos e judiciais ainda em curso cujo total supera o valor corrigido da parcela retida, os valores permanecem retidos, conforme movimentação abaixo:

	31 de dezembro de 2020	Adições - contingências	31 de dezembro de 2021	Adições - contingências	31 de dezembro de 2022
Valor original da aquisição	254.240	-	254.240	-	254.240
Juros capitalizados conforme contrato (10,00% a.a.)	199.874	-	199.874	-	199.874
Total	454.114	-	454.114	-	454.114
Juros a realizar conforme contrato (10,00% a.a.)	454.114	-	454.114	-	454.114
Ajuste a valor presente (CDI + 2,75%)	41	-	41	-	41
Total	454.155	-	454.155	-	454.155
Provisão contingências (a)	(381.217)	(22.176)	(403.393)	(12.007)	(415.400)
Total parcela diferida do preço de aquisição	72.938	(22.176)	50.762	(12.007)	38.755

(a) Contingências a serem ressarcidas, respeitando as cláusulas contratuais estabelecidas no contrato de compra e venda de quotas e outras avenças. Em 19 de junho de 2020, a Companhia notificou os Vendedores acerca dos valores passíveis de abatimento com a parcela retida e efetuou a reclassificação da rubrica "Parcela diferida do preço de aquisição" no circulante para o não circulante, por avaliar que o encerramento do contrato não ocorrerá antes do período de doce meses. Em 21 de agosto de 2020, os Vendedores iniciaram um processo na Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional - ICC requerendo o pagamento das parcelas diferidas do preço. A Companhia avalia que o montante total de perdas incorridas e contingências em aberto de responsabilidade dos Vendedores ultrapassam o valor das parcelas retidas e, suportada por seus advogados, manterá os valores retidos.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social:

Em 31 de dezembro de 2022, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 8.504.579, composto por 3.129.590.876 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (em 31 de dezembro de 2021, o capital social integralizado e subscrito da Companhia era de R\$ 5.808.609, composto por 615.242.127 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal).

Em 11 de Janeiro de 2022, a Companhia, por meio de ata de Reunião do Conselho de Administração, aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 186.640, mediante a subscrição de 5.018.412 novas ações ordinárias nominativas, estruturais e sem valor nominal, em razão do exercício de opção de compra de ações outorgadas no âmbito dos Planos de Opção de Compra de Ações da Companhia, sendo:

- Grupo I - 7.182 ações ordinárias, cada uma no valor nominal de R\$ 16,50
- Grupo II - 2.251.060 ações ordinárias, cada uma no valor nominal de R\$ 32,25
- Grupo III - 50.833 ações ordinárias, cada uma no valor nominal de R\$ 33,50
- Grupo IV - 2.709.337 ações ordinárias, cada uma no valor nominal de R\$ 41,42

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a acionista Hapvida Participações e Investimentos S.A., aprovou o aumento de capital de R\$ 2.509.330, mediante a subscrição e integralização de 2.509.330 novas ações ordinárias nominativas, estruturais e sem valor nominal.

	Qtde de ações	Valor da ação - R\$	Aumento de capital - R\$ mil
Asssembleia Geral Extraordinária - 28 de março de 2022	999.330.337	1,00	999.330
Asssembleia Geral Extraordinária - 18 de maio de 2022	1.360.000.000	1,00	1.360.000
Asssembleia Geral Extraordinária - 1 de agosto de 2022	150.000.000	1,00	150.000
Total	2.509.330.337		2.509.330

b) Reservas de lucros:

(i) Reserva legal - constituída obrigatoriamente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, deduzidos do prejuízo acumulado, até que seu valor atinja 20% do capital social.

(ii) Reserva estatutária - conforme Estatuto Social vigente, a Companhia, após a destinação da reserva legal, atribuirá-se reserva para investimentos que, somada as demais reservas de lucros, não excederá o capital social subscrito. A finalidade da reserva é assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e a expansão das atividades da Companhia, estando ou não cobertas pelo orçamento de capital, devidamente aprovado em assembleia.

c) Recompra de ações:

No período de 14 a 24 de janeiro de 2020, a Companhia, por meio de sua Controlada Indireta Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda. (Jacarepaguá), comprou 3.365.870 ações da Controladora no montante de R\$ 245.122.

Em 7 de fevereiro de 2020, a Jacarepaguá alienou 3.365.870 ações como parte de pagamento na aquisição do Grupo Clinipam. O compromisso da Companhia era a entrega de uma quantidade fixa em ações. No momento da transferência, a cotação das ações era de R\$ 72,00, equivalente a R\$ 242.343.

A variação entre o valor de aquisições na recompra e a transferência das ações foi de R\$ 2.779, apresentado na rubrica "Prêmio na alienação na participação societária".

d) Dividendos propostos e pagos:

No final do exercício é garantido aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício ajustado conforme estatuto social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não realizou a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio.

27. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Contraprestações efetivas de operações de plano de assistência à saúde	13.694.681	11.930.451
Prestação de serviços médico-hospitalares	1.159.693	1.038.271
Outras prestações de serviços	22	1
(-) Glosa sobre serviços médico-hospitalares	(11.802)	(1.313)
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde da Operadora	1.608	537
Receitas de serviços prestados	14.844.202	12.967.906
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora	(357.965)	(294.180)
(-) Tributos diretos de prestação de serviço médico-hospitalares	(127.262)	(89.365)
Impostos sobre serviços prestados	(485.227)	(383.545)
Receitas líquidas de serviços prestados	14.358.975	12.584.361

28. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Custos dos serviços prestados	(12.097.233)	(10.264.587)
(-) Coparticipação	355.143	285.232
Sistema Único de Saúde - SUS	(139.803)	(85.340)
Depreciações e amortizações	(193.468)	(169.753)
Depreciação direito de uso	(71.651)	(61.051)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA) (i)	(195.240)	(97.086)
Total	(12.342.262)	(10.392.585)

(i) variação impactada devido a harmonização de práticas contábeis conforme nota 5.4.

29. DESPESAS OPERACIONAIS

a) Despesas administrativas:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Pessoal	(693)	(3.101)	(598.093)	(512.699)
Serviços de terceiros	(30.063)	(15.593)	(327.869)	(243.575)
Localização e funcionamento	(614)	(634)	(135.337)	(93.358)
Tributos	(1.971)	(954)	(46.149)	(7.461)
Publicidade e propaganda	(421)	(469)	(31.302)	(34.203)
Provisão para contingências	-	-	(140.497)	(83.588)
Depreciação e amortização	-	-	(168.668)	(140.422)
Depreciação direito de uso	-	-	(21.738)	(22.105)
Taxas, emolumentos, multas e juros	(90)	(51)	(8.081)	(5.136)
Programa de stock option	(10.804)	(27.801)	(10.804)	(27.801)
Outras	(311.686)	-	(332.501)	(6.145)
Total	(356.342)	(48.603)	(1.821.039)	(1.176.493)

b) Despesas comerciais:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Pessoal	(37.148)	(8.060)	(416.403)	(360.213)
Apropriação despesa de agenciamento diferido	(349.064)	(324.669)	-	-
Comissões e agenciamentos	(1.713)	-	(1.713)	-
Outros custos de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora	(4.098)	-	(4.098)	-
Serviços de terceiros	(1.399)	-	(1.399)	-
Localização e funcionamento	(188)	-	(188)	-
Publicidade e propaganda	(16)	-	(16)	-
Taxa, emolumentos, multas e juros	(11)	-	(11)	-
Outras	23.263	-	23.263	-
Mudança na expectativa de diferimento (Nota 10)	(786.777)	(692.942)	-	-
Total	(786.777)	(692.942)	(786.777)	(692.942)

c) Perdas de recuperabilidade sobre créditos:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Reversão/(Constituição) de perda para recuperabilidade sobre créditos (i)	(189.567)	3.166	(189.567)	3.166
Baixa de perdas efetivas dos créditos relacionados com plano	(127.364)	(106.922)	(127.364)	(106.922)
Outras perdas relacionadas e não relacionadas com plano	(1.788)	(2.944)	(1.788)	(2.944)
Total	(318.719)	(106.699)	(318.719)	(106.699)

(i) variação impactada devido a harmonização de práticas contábeis conforme nota 5.4.

30. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora 31 de dezembro de 2022	Controladora 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 2021
Receitas com aplicações financeiras ¹	3.100	2.677	230.920	116.643
Juros recebidos	-	102	46.810	39.288
Variação monetária ativa	8.191	11.685	124.008	52.788
Outras receitas	-	-	8.316	4.223
Instrumentos derivativos - Non-Deliverable Forward (NDF)	-	-	1.193	4.491
Ajuste a valor de mercado	-	-	7.918	-
Variação cambial ativa	-	-	-	1
Descontos obtidos	-	7	6.266	3.758
Receitas financeiras	11.291	14.471	425.431	221.192
Juros financeiros - debêntures	-	-	(468.258)	(172.887)
Custos financeiros - debêntures	-	-	(4.384)	(3.641)
Variação monetária passiva	-	-	(261.316)	(121.181)
Multas e juros	(112)	(12)	(17.631)	(28.427)
Variação cambial passiva	-	-	(41)	(414)
Tarifas bancárias	(85)	(14)	(29.664)	(23.721)
Ajuste a valor de mercado	-	-	(2.540)	(7.238)
Descontos concedidos	-	-	(15.946)	(14.442)
Juros financeiros - empréstimos e financiamentos	-	-	(101.269)	(93.482)
Ajuste a valor presente	-	-	(1.777)	(36)
Provisão perda de crédito	-	-	(6.332)	-
Juros financeiros - arrendamentos	-	-	(73.053)	(60.818)
Custos financeiros - empréstimos e financiamentos	-	-	(5.917)	(2.878)
Instrumentos derivativos - Non-Deliverable Forward (NDF)	-	-	(9.033)	(11.767)
Outras despesas	-	-	(673)	(12.182)
Despesas financeiras	(197)	(699)	(1.003.506)	(553.114)
Resultado financeiro líquido	11.094	13.772	(578.075)	(331.922)

¹ O montante de R\$ 1.712 no consolidado é referente ao rendimento sobre aplicação de liquidez imediata com contrapartida de caixa e equivalente de caixa e o montante de R\$ 226.213 é referente à aplicação financeira apresentada na nota explicativa 8.

31. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado por meio da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros por ação básico e diluído:

	Controladora 31 de dezembro de 2022	Controladora 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 2021
Prejuízo do exercício	(1.215.821)	(160.820)	(1.216.243)	(160.884)
Número de ações em circulação	3.129.590	614.934	3.129.590	614.934
(-) Tesouraria (em milhares)	(0,3885)	(0,2615)	(0,3886)	(0,2616)
Prejuízo por ação	3.129.590	614.934	3.129.590	614.934
Média ponderada de ações durante o exercício (em milhares)	3.129.590	613.320	3.129.590	613.320
Prejuízo básico por ação	(0,3885)	(0,2622)	(0,3803)	(0,2623)

32. PARTES RELACIONADAS

a) Controladora:

Em 22 de março de 2014, a Bain Capital Brazil Participações S.A. (empresa incorporada pelas Operadoras Intermédica, Interodonto e Notre Dame em novembro de 2014) celebrou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças com os vendedores das holdings PSBB2 e PSBB3 (empresas incorporadas pela Bain Capital Brazil Participações S.A. em setembro de 2014) e suas Controladas Intermédica, Interodonto e Notre Dame Seguradora. Conforme previsto no contrato, os Vendedores se comprometeram a indenizar a adquirente Notre Dame Intermédica Participações S.A. pelas contingências relacionadas aos administradores contabilizados na transação inicial. A Companhia firmou contrato de instrumento particular de repasse de indenização com a Notre Dame Intermédica, comprometendo-se a indenizar a Notre Dame Intermédica pelos desembolsos decorridos de ações jurídicas que são de responsabilidade da Companhia. O ressarcimento deverá ser pago em 6 anos e 30 dias a contar da data de fechamento do contrato de compra e venda de quotas e outras avenças. O montante registrado em rubrica "Outros passivos circulantes" em 31 de dezembro de 2022 é R\$ 425.952 (R\$ 413.945 em 31 de dezembro de 2021) (nota explicativa 21).

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não mantém planos de opções para compra de ações (stock options). Em 31 de dezembro de 2022, as despesas relacionadas aos administradores contabilizados no resultado totalizaram R\$ 10.804 (R\$ 27.801 em 31 de dezembro de 2021).

b) Consolidado:

A remuneração dos principais administradores das Controladas, que compreendem empregados com autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades, é composta de remuneração e gratificações de curto prazo, cujo montante registrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 62.848 (R\$ 40.417 em 31 de dezembro de 2021).

33. COMPROMISSOS

A Companhia e suas Controladas possuem contratos de aluguel de imóveis, consultoria e manutenção que ainda não possuem requisitos para ser contabilizados até que entre em vigor a sua ocorrência pelo regime de competência. Também não se enquadram nos requisitos do IFRS 16.

	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Alé um ano	146.815	132.090
De um a cinco anos	587.262	528.362
Acima de cinco anos	146.815	132.090
Total	880.892	792.542

34. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas Controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância. Os seguros são contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades.

Itens	Tipo de cobertura	Importância segurada
Edifícios, instalações, máquinas, móveis, utensílios e estoques	Incêndio (inclusive decorrente de tumultos, greves e lock-out), queda de raio, explosão de qualquer natureza e queda de aeronaves, danos elétricos, equipamentos arrendados e cadidos a terceiros, RD equipamentos móveis e fixos, queda de vidros, despesas fixas (6 meses), perdas/pagamentos de aluguel (6 meses), roubo/furto qualificado de bens, vendaval, impacto de veículos, até fumaça, desmoronamento, equipamentos eletrônicos, objetos portáteis (terrário nacional) e roubo de medicamentos.	674.986
D&O	Responsabilidade civil, diretores, administradores e conselheiros	100.000
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil operações	260.000
Cyber	Seguro risco cibernético	25.000
Frota de veículos	Compreensiva, danos materiais, danos corporais e equipamentos móveis	100% tabela FIPE por veículo
Funcionários	Seguro de vida em grupo	Variável conforme faixa salarial e limite máximo R\$ 48.132
Seguro garantia	Garantias sobre contratos de clientes	R\$ 33.473

35. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA OU EQUIVALENTES DE CAIXA

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora 31 de dezembro de 2022	Controladora 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2022	Consolidado 2021
Direito de uso - Adições/baixas e remensurações	-	-	65.151	44.778
Contas a pagar - Obrigações contratuais	-	-	269.370	161.390

36. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

(i) Aquisição da Sistema e Planos de Saúde Ltda. (Sistemas)

Em 5 de outubro de 2022, a controladora Hapvida Participações e Investimentos S.A. (Hapvida), comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, celebrou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças para aquisição de 100% do capital votante da Sistemas e Planos de Saúde Ltda. (Sistemas) pela sua subsidiária integral Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

O preço de aquisição é de R\$ 120 milhões, na prática, que decisões proferidas em ação direta (ADI ou ADC) ou em sede de recurso extraordinário com repercussão geral interrompem os efeitos das decisões anteriores, no contexto de relações tributárias de trato sucessivo, mesmo que já